

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	71
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	72
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	74
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	76
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	31.257.700
Preferenciais	61.361.556
Total	92.619.256
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	341.434
Total	341.434

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.592.480	1.577.529
1.01	Ativo Circulante	201.062	189.030
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	909	4.812
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.095	2.263
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.095	2.263
1.01.02.01.03	Titulos e valores mobiliarios	2.095	2.263
1.01.03	Contas a Receber	114.098	100.646
1.01.03.01	Clientes	107.056	94.945
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.042	5.701
1.01.03.02.01	Partes relacionadas	7.042	5.701
1.01.04	Estoques	60.731	57.155
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.229	24.154
1.01.08.03	Outros	23.229	24.154
1.01.08.03.01	Despesas do Exercicio Seguinte	1.376	615
1.01.08.03.02	Impostos a Recuperar	20.628	21.573
1.01.08.03.03	Outros Creditos	1.225	1.290
1.01.08.03.04	Prejuizos não realizados	0	676
1.02	Ativo Não Circulante	1.391.418	1.388.499
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	48.273	118.779
1.02.01.03	Contas a Receber	1.092	0
1.02.01.03.01	Clientes	1.092	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.228	18.129
1.02.01.06.02	Impostos a Recuperar	10.388	10.869
1.02.01.06.03	Imposto de Rensa e contribuição social diferidos	4.840	7.260
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	8.350	77.036
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	8.350	77.036
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.603	23.614
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	17	17
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	6.367	6.378
1.02.01.09.04	Outros Creditos	17.219	17.219
1.02.02	Investimentos	683.415	644.231
1.02.02.01	Participações Societárias	683.415	644.231
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	683.415	644.231
1.02.03	Imobilizado	659.207	624.917
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	567.702	563.733
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	91.505	61.184
1.02.04	Intangível	523	572
1.02.04.01	Intangíveis	523	572

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.592.480	1.577.529
2.01	Passivo Circulante	341.199	360.709
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.554	15.381
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.554	15.381
2.01.02	Fornecedores	71.113	75.748
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	71.113	75.748
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.042	17.087
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.042	17.087
2.01.03.01.02	Parcelamento - PAEX	15.053	7.199
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias	5.989	9.888
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	82.785	97.720
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	82.785	97.720
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.696	24.117
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	60.089	73.603
2.01.05	Outras Obrigações	151.705	154.773
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	98.980	100.156
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	98.980	100.156
2.01.05.02	Outros	52.725	54.617
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.769	21.295
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	12.461	3.306
2.01.05.02.05	Demais Contas a Pagar	28.685	30.016
2.01.05.02.06	Lucros não realizados	-190	0
2.02	Passivo Não Circulante	275.431	279.947
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	62.824	60.435
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	62.824	60.435
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	31.398	23.079
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	31.426	37.356
2.02.02	Outras Obrigações	112.489	119.968
2.02.02.02	Outros	112.489	119.968
2.02.02.02.03	Parcelamento - PAEX	84.637	91.512
2.02.02.02.04	Tributos diferidos	27.852	28.456
2.02.04	Provisões	100.118	99.544
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	100.118	99.544
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	100.118	99.544
2.03	Patrimônio Líquido	975.850	936.873
2.03.01	Capital Social Realizado	488.183	488.183
2.03.02	Reservas de Capital	-2.046	-820
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.046	-820
2.03.03	Reservas de Reavaliação	236.551	239.059
2.03.03.01	Ativos Próprios	236.137	238.627
2.03.03.02	Controladas	414	432
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	148.782	104.589
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	104.547	105.968
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-167	-106

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	170.258	319.092	139.578	269.926
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-129.758	-239.785	-96.888	-183.125
3.03	Resultado Bruto	40.500	79.307	42.690	86.801
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.241	-19.664	-21.534	-32.630
3.04.01	Despesas com Vendas	-17.946	-34.929	-15.461	-29.777
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.741	-20.920	-9.974	-18.994
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-9.048	-17.764	-8.620	-16.422
3.04.02.02	Honorários da Administração	-1.693	-3.156	-1.354	-2.572
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-3.174	-3.242	-5.230	-5.257
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.620	39.427	9.131	21.398
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.259	59.643	21.156	54.171
3.06	Resultado Financeiro	-14.349	-17.248	-8.860	-17.162
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.349	-17.248	-8.860	-17.162
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.910	42.395	12.296	37.009
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-971	-2.132	636	-3.713
3.08.01	Corrente	3.213	-316	-550	-2.437
3.08.02	Diferido	-4.184	-1.816	1.186	-1.276
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.939	40.263	12.932	33.296
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.939	40.263	12.932	33.296
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,16197	0,40915	0,13122	0,33786
3.99.01.02	PN	0,17817	0,45008	0,14435	0,37164

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	15.939	40.263	12.932	33.296
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-38	-62	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.901	40.201	12.932	33.296

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	61.576	38.960
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.985	43.951
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	42.396	37.009
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	21.465	15.523
6.01.01.04	Valor residual de imobilizado alienado	378	238
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-39.427	-21.398
6.01.01.10	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	7.030	15.575
6.01.01.12	Imp. de Renda e Contrib. Social - exercício	-316	-2.437
6.01.01.13	Imp. de Renda e Contrib. Social - diferido	-1.816	-1.276
6.01.01.14	Provisão (Reversão) de obrigações e outros	-725	2.029
6.01.01.15	Provisões para obrigações com acionistas	0	-1.312
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	32.591	-4.991
6.01.02.01	Titulos e valores mobiliários	168	2.381
6.01.02.02	Clientes	-12.810	-10.295
6.01.02.03	Créditos com partes relacionadas	67.345	-1.894
6.01.02.04	Estoques	-3.576	-7.681
6.01.02.05	Impostos a recuperar	748	-4.901
6.01.02.06	IRPJ/CSLL Diferidos - 11.638/07	2.420	416
6.01.02.07	Despesas do exercício seguinte	-761	436
6.01.02.08	Depositos judiciais	11	-280
6.01.02.09	Outros créditos	741	-107
6.01.02.10	Fornecedores	-4.635	20.355
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas e tributárias	-5.261	2.422
6.01.02.12	Tributos parcelados	979	611
6.01.02.13	Adiantamento de clientes	9.153	-1.426
6.01.02.14	Outros passivos	-21.931	-5.028
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-56.085	-93.728
6.02.03	Acréscimo do imobilizado	-56.085	-93.728
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.395	53.534
6.03.01	Amortização de empréstimos	-68.254	-28.736
6.03.02	Ingressos de empréstimos	59.974	61.457
6.03.03	Empréstimos de sociedades controladas	-1.115	20.813
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.904	-1.234
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.812	1.950
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	908	716

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	488.183	238.240	104.589	105.968	-105	936.875
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	488.183	238.240	104.589	105.968	-105	936.875
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.226	0	0	0	-1.226
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.226	0	0	0	-1.226
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	40.263	-62	40.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	40.263	-62	40.201
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.509	-20.266	22.775	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-2.509	0	2.509	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-20.266	20.266	0	0
5.07	Saldos Finais	488.183	234.505	84.323	169.006	-167	975.850

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	488.183	261.284	0	92.598	-1	842.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	488.183	261.284	0	92.598	-1	842.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.296	0	33.296
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.296	0	33.296
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.720	0	2.720	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-2.720	0	2.720	0	0
5.07	Saldos Finais	488.183	258.564	0	128.614	-1	875.360

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	320.221	269.409
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	319.092	269.926
7.01.02	Outras Receitas	186	-592
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	943	75
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-166.377	-123.094
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-117.789	-96.533
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.588	-26.561
7.03	Valor Adicionado Bruto	153.844	146.315
7.04	Retenções	-21.465	-15.523
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.465	-15.523
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	132.379	130.792
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	62.762	39.335
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.427	21.398
7.06.02	Receitas Financeiras	18.796	15.428
7.06.03	Outros	4.539	2.509
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	195.141	170.127
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	195.141	170.127
7.08.01	Pessoal	51.935	46.045
7.08.01.01	Remuneração Direta	41.612	36.926
7.08.01.02	Benefícios	7.869	7.070
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.454	2.049
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	66.261	57.612
7.08.02.01	Federais	40.499	34.222
7.08.02.02	Estaduais	25.755	23.367
7.08.02.03	Municipais	7	23
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.681	33.174
7.08.03.01	Juros	36.043	32.589
7.08.03.02	Aluguéis	638	585
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	40.264	33.296
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	40.264	33.296

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.619.038	1.611.445
1.01	Ativo Circulante	283.639	301.049
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.286	5.480
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.383	2.353
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.383	2.353
1.01.02.01.03	Titulos e valores mobiliarios	2.383	2.353
1.01.03	Contas a Receber	164.345	150.581
1.01.03.01	Clientes	164.345	150.581
1.01.04	Estoques	83.136	81.031
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	32.489	61.604
1.01.08.03	Outros	32.489	61.604
1.01.08.03.01	Despesas do Exercicio Seguinte	1.368	661
1.01.08.03.02	Impostos a Recuperar	27.867	28.947
1.01.08.03.03	Outros Creditos	3.254	31.996
1.02	Ativo Não Circulante	1.335.399	1.310.396
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	81.326	104.630
1.02.01.03	Contas a Receber	8.591	342
1.02.01.03.01	Clientes	8.591	342
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.228	18.129
1.02.01.06.02	Impostos a Recuperar	10.388	10.869
1.02.01.06.03	Imposto de renda e contribuição diferidos	4.840	7.260
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	57.507	86.159
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	847	950
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	7.590	7.602
1.02.01.09.04	Outros creditos	20.795	47.447
1.02.01.09.05	Propriedade para Investimento	28.275	30.160
1.02.03	Imobilizado	1.253.425	1.205.032
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.160.313	1.141.686
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	922.233	917.990
1.02.03.01.02	Reflorestamento	238.080	223.696
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	93.112	63.346
1.02.04	Intangível	648	734
1.02.04.01	Intangíveis	648	734

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.619.038	1.611.445
2.01	Passivo Circulante	289.899	315.194
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.949	20.629
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.949	20.629
2.01.02	Fornecedores	95.178	112.680
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	95.178	112.680
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.062	22.867
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.062	22.867
2.01.03.01.02	Parcelamento - PAEX	18.871	9.600
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias	13.191	13.267
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	87.045	100.718
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	87.045	100.718
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.091	24.122
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	67.954	76.596
2.01.05	Outras Obrigações	55.665	58.300
2.01.05.02	Outros	55.665	58.300
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.769	21.295
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	12.891	4.346
2.01.05.02.05	Demais Contas a Pagar	31.005	32.659
2.02	Passivo Não Circulante	353.289	359.378
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	62.824	60.435
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	62.824	60.435
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	62.824	60.435
2.02.02	Outras Obrigações	188.936	197.993
2.02.02.02	Outros	188.936	197.993
2.02.02.02.03	Parcelamento - PAEX	114.493	122.411
2.02.02.02.04	Tributos diferidos	74.443	75.582
2.02.04	Provisões	101.529	100.950
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	101.529	100.950
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	101.529	100.950
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	975.850	936.873
2.03.01	Capital Social Realizado	488.183	488.183
2.03.02	Reservas de Capital	-2.046	-820
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.046	-820
2.03.03	Reservas de Reavaliação	236.551	239.059
2.03.03.01	Ativos Próprios	236.137	238.627
2.03.03.02	Controladas	414	432
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	148.783	104.589
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	104.547	105.968
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-168	-106

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	226.955	430.810	197.866	380.783
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-158.011	-299.913	-137.661	-260.110
3.03	Resultado Bruto	68.944	130.897	60.205	120.673
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.916	-67.796	-38.062	-62.907
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.910	-61.617	-29.173	-55.049
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.868	-22.766	-10.812	-20.997
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-10.175	-19.610	-9.612	-18.425
3.04.02.02	Honorarios da Administração	-1.693	-3.156	-1.200	-2.572
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.862	16.587	1.923	13.139
3.04.04.01	Valor justo ativo biologico	10.429	21.610	9.223	19.971
3.04.04.02	Outros receitas operacionais	-3.567	-5.023	-7.300	-6.832
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.028	63.101	22.143	57.766
3.06	Resultado Financeiro	-12.967	-16.398	-9.215	-17.884
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.061	46.703	12.928	39.882
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.122	-6.440	4	-6.586
3.08.01	Corrente	277	-5.159	-1.169	-5.304
3.08.02	Diferido	-4.399	-1.281	1.173	-1.282
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.939	40.263	12.932	33.296
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	15.939	40.263	12.932	33.296
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	15.939	40.263	12.932	33.296
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,16197	0,40915	0,13122	0,33786
3.99.01.02	PN	0,17817	0,45008	0,14435	0,37164

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	15.939	40.263	12.932	33.296
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-38	-62	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	15.901	40.201	12.932	33.296
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	15.901	40.201	12.932	33.296

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	77.437	74.593
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	76.577	67.116
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	46.703	39.880
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	22.328	16.544
6.01.01.03	Exaustão de ativos biológicos	24.915	21.659
6.01.01.04	Valor residual de imobilizado alienado	411	-2.915
6.01.01.06	Valor residual de Bens Destinados a Venda/Propriedade p/Investimentos	1.988	0
6.01.01.08	Variação valor justo dos ativos biológicos	-21.611	-19.971
6.01.01.10	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	8.681	17.042
6.01.01.12	Imp. de Renda e Contrib. Social - Exercício	-5.159	-5.417
6.01.01.13	Imp. de Renda e Contrib. Social - Diferido	-1.281	-1.173
6.01.01.14	Provisão (Reversão) de obrigações e outros	-398	2.779
6.01.01.15	Provisão para obrigação com acionistas	0	-1.312
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	860	7.477
6.01.02.01	Titulos e valores mobiliarios	-30	2.382
6.01.02.02	Clientes	-20.736	-9.597
6.01.02.04	Estoques	-2.105	-11.695
6.01.02.05	Impostos a recuperar	4.797	-5.826
6.01.02.06	IRPJ/CSLL Diferidos - 11.638/07	2.420	416
6.01.02.07	Despesas do exercicio seguinte	-707	391
6.01.02.08	Depositos judiciais	12	-406
6.01.02.09	Outros créditos	55.395	883
6.01.02.10	Fornecedores	-17.502	37.362
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas e tributárias	-2.186	3.018
6.01.02.12	Tributos parcelados	1.352	830
6.01.02.13	Adiantamento de clientes	8.548	-2.066
6.01.02.14	Outros passivos	-28.398	-8.215
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-74.779	-110.444
6.02.03	Acrescimo do Imobilizado	-56.662	-97.457
6.02.04	Acrescimo do Ativo Biologico	-18.117	-12.987
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.850	32.721
6.03.01	Amortização de empréstimos	-69.859	-28.736
6.03.02	Ingressos de empréstimos	63.009	61.457
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.192	-3.130
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.480	4.215
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.288	1.085

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

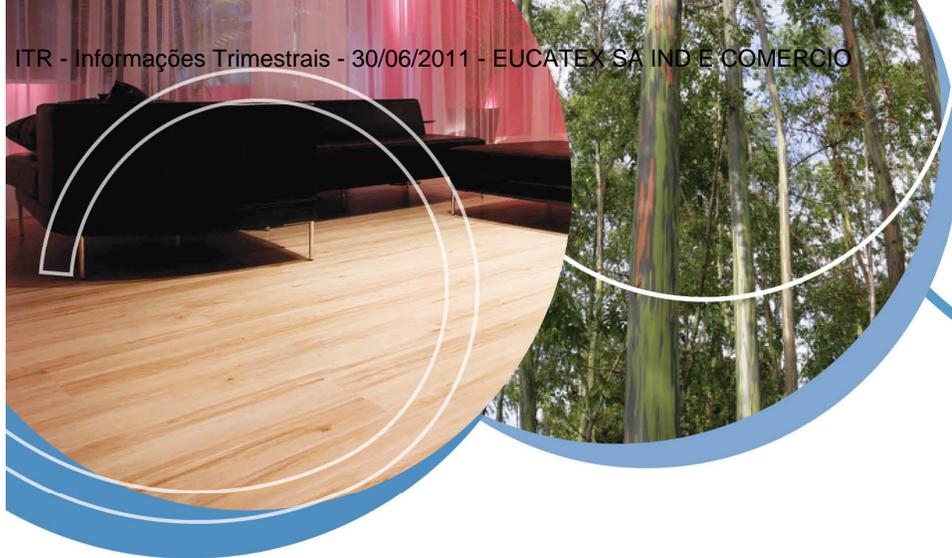
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	488.183	238.240	104.589	105.968	-105	936.875	0	936.875
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	488.183	238.240	104.589	105.968	-105	936.875	0	936.875
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.226	0	0	0	-1.226	0	-1.226
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.226	0	0	0	-1.226	0	-1.226
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	40.263	-62	40.201	0	40.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	40.263	-62	40.201	0	40.201
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.509	-20.266	22.775	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-2.509	0	2.509	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-20.266	20.266	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	488.183	234.505	84.323	169.006	-167	975.850	0	975.850

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	488.183	261.284	0	92.598	-1	842.064	0	842.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	488.183	261.284	0	92.598	-1	842.064	0	842.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.296	0	33.296	0	33.296
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.296	0	33.296	0	33.296
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.720	0	2.720	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-2.720	0	2.720	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	488.183	258.564	0	128.614	-1	875.360	0	875.360

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	431.870	380.274
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	430.810	380.783
7.01.02	Outras Receitas	366	-256
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	694	-253
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-181.513	-170.560
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-155.117	-148.004
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.396	-22.556
7.03	Valor Adicionado Bruto	250.357	209.714
7.04	Retenções	-47.243	-38.203
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.243	-38.203
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	203.114	171.511
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	61.781	48.849
7.06.02	Receitas Financeiras	34.224	22.952
7.06.03	Outros	27.557	25.897
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	264.895	220.360
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	264.895	220.360
7.08.01	Pessoal	69.172	61.729
7.08.01.01	Remuneração Direta	55.698	49.926
7.08.01.02	Benefícios	10.352	9.127
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.122	2.676
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	104.025	80.747
7.08.02.01	Federais	63.144	48.036
7.08.02.02	Estaduais	39.806	32.688
7.08.02.03	Municipais	1.075	23
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.434	44.588
7.08.03.01	Juros	50.621	43.781
7.08.03.02	Aluguéis	813	807
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	40.264	33.296
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	40.264	33.296



RELAÇÕES COM INVESTIDORES

José Antonio Goulart de Carvalho

Vice-Presidente Executivo e Diretor de
Relações com Investidores

Waneska Bandeira

Relação com Investidores

Telefone: 11 3049-2473

ri@eucatex.com.br

www.eucatex.com.br/ri

TELECONFERÊNCIAS 2T11

Português

09 de agosto de 2011

10h00 (horário de Brasília)

09h00 (horário de Nova York)

Tel.: + 55 (11) 3127-4971

Código: Eucatex

Inglês

09 de agosto de 2011

11h00 (horário de Brasília)

10h00 (horário de Nova York)

Tel.: + 1 (412) 317-6776

Código: Eucatex

EUCATEX divulga os resultados de 2T11

*Crescimento do Lucro Líquido de 23,3% e da
Receita Líquida de 14,7%. O EBITDA cresceu 48% e
atingiu R\$ 48,4 milhões com Margem EBITDA de
21%.*

São Paulo, 08 de agosto de 2011. A **Eucatex** (BM&FBovespa: EUCA3 e EUCA4; Bloomberg: EUCA3 BZ e EUCA4 BZ), uma das maiores produtoras de painéis de madeira do Brasil, com atuação também nos segmentos de tintas e vernizes, pisos laminados, divisórias e portas, divulga seus resultados do 2º trimestre de 2011 (2T11). As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado o contrário, são auditadas e apresentadas com bases consolidadas em milhares de reais, de acordo com a Legislação Societária, e as comparações são referentes ao 2º trimestre de 2010 (2T10).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras ((International Financial Reporting Standards-(IFRS)e foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Recomenda-se a leitura deste material em conjunto com as Notas Explicativas.

Destaques

» A **Receita Líquida** atingiu **R\$ 227,0 milhões** no 2T11, crescimento de **14,7%** em relação ao 2T10;

» **Margem Bruta** de 30,4% no 2T11 (**31,3% sem considerar a linha de T-HDF/MDF**), estável com relação à igual período de 2010;

» **EBITDA** de **R\$ 48,4 milhões** no 2T11 contra, **R\$ 32,7 milhões** no 2T10, crescimento de **48,0%**. **Margem EBITDA** de **21,3%** no 2T11 contra, **16,5%** no 2T10, aumento de **4,8 p.p.**; e

» **Ocupação** de **46%** da nova linha de T-HDF/MDF.

Destaques (R\$ MM)	2T11	2T10	Var. (%)	1S11	1S10	Var. (%)
Receita Líquida	227,0	197,9	14,7%	430,8	380,8	13,1%
Lucro Bruto	68,9	60,2	14,5%	130,9	120,7	8,5%
Margem Bruta (%)	30,4%	30,4%	-0,1 p.p.	30,4%	31,7%	-1,3 p.p.
EBITDA	48,4	32,7	48,0%	90,6	76,0	19,2%
Margem EBITDA (%)	21,3%	16,5%	4,8 p.p.	21,0%	19,9%	1,1 p.p.
Lucro Líquido	15,9	12,9	23,3%	40,3	33,3	20,9%
Endividamento Líquido	146,2	163,0	-10,3%	146,2	163,0	-10,3%
Dívida Líquida / EBITDA (UDM)	0,8	1,2	-39,4%	0,8	1,1	-24,8%

Mensagem da Administração

O desempenho do primeiro semestre de 2011 caracterizou-se pelo avanço do faturamento da Companhia e pela melhoria dos Resultados Operacionais em reais. A nova linha de T-HDF/MDF ainda apresenta um grande potencial para contribuir com a melhoria dos resultados operacionais, na medida em que a sua expedição no semestre representou apenas 46% da capacidade instalada. Além da perspectiva positiva em relação à nova linha, a Companhia está realizando uma série de investimentos, que permitirão o crescimento em nichos específicos de mercado e deverão reforçar o seu posicionamento. Entre os projetos em curso estão:

- a instalação de novas linhas de pintura;
- a ampliação da linha de portas e painéis;
- a fábrica de Tintas no Nordeste; e
- a nova linha de pisos.

Também serão realizados em 2011 projetos que deverão acelerar o “ramp-up” da nova Linha de T-HDF/MDF e aumentarão a capacidade de utilização de material reciclado no processo produtivo.

No segmento de painéis de madeira, a Companhia apresentou uma evolução física no semestre de, aproximadamente, 22%, ante um crescimento do mercado de 1%. O principal responsável pelo incremento foi o volume da nova linha de T-HDF/MDF.

O pequeno crescimento do Mercado de painéis deve-se, segundo nosso entendimento, aos ajustes de estoques realizados ao longo da cadeia, sobretudo, na indústria moveleira e nos magazines. Indicadores como a PMC (Pesquisa Mensal do Comércio) para Móveis e Eletrodomésticos, projetado para o 2T11, indicam uma variação de 19,7%, e o realizado no 1T11 foi de 16,8%. A Massa Salarial, outro indicador que julgamos importante em nosso segmento de atuação, cresceu 5,7% no 1T11, e projeta-se, aproximadamente, 6,4% para o 2T11, ou seja, nada que justifique o pífio crescimento das vendas no mercado de painéis.

A Eucatex entende que as condições para o crescimento em seus setores de atuação – indústria moveleira e de construção civil - têm perspectivas muito positivas e essas não deverão se alterar, em que pese a influência negativa das crises externas. A Companhia espera estar preparada para atender a crescente demanda por seus produtos como: Portas, Pisos, Tintas e Painéis de Divisórias, esses ligados diretamente a indústria da Construção Civil, bem como, para reforçar seu posicionamento na indústria moveleira, através do fornecimento de produtos e serviços.

Desempenho Operacional base 100 - 2005

Vendas Físicas	2T11	2T10	Var. (%)	1S11	1S10	Var. (%)
Painéis de Madeira (MI)	136	105	29,6%	137	113	21,9%
Painéis de Madeira (ME)	48	43	11,2%	37	35	4,5%
Pisos Laminados	228	204	11,8%	215	194	10,5%
Tintas	301	328	-8,0%	347	358	-3,0%

MI - Mercado Interno / ME - Mercado Externo

No segmento de Painéis de Madeira no MI (Mercado Interno), a Companhia obteve crescimento de 29,6% em suas vendas físicas, apesar do cenário adverso para o setor. Sem considerar a nova linha de T-HDF/MDF, as vendas de painéis de madeira apresentaram crescimento de 2,5%. No 1S11, o crescimento do segmento de Painéis de Madeira no MI (Mercado Interno), foi de 21,9%.

As vendas de Pisos Laminados apresentaram variação positiva de 11,8%, atingindo um Market Share entre os produtores nacionais de 39%, contra 36% no 1T11. No 1S11, o crescimento foi de 10,5%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, já o Mercado apresentou estabilidade.

As vendas de Tintas apresentaram variação de -8%. No 2T11, a Eucatex intensificou suas ações visando à melhoria da lucratividade do segmento. Ocorreram aumentos de preço, visando, sobretudo, o repasse de custos, fato que também contribuiu para uma certa acomodação nos volumes.

A projeção da Tendências Consultoria Integrada para o crescimento do ICC do IBGE, indicador que mede a produção física de materiais para construção, é de 5%, demonstrando que o cenário para o setor ainda é positivo. Entre os fatores destacados pela mesma consultoria para um desempenho mais fraco no segmento de Tintas neste início do ano temos:

- a forte incidência de chuvas;
- a elevação conjuntural da inflação, que pode ter contribuído para uma redução temporária da demanda e consumo de alguns produtos; e
- a escassez de mão de obra qualificada, que podem estar retardando o cronograma das obras imobiliárias.

O programa Brasil Maior, lançado pelo governo federal, prorrogou a redução do IPI para Tintas Imobiliárias, fato que continuará a beneficiar o setor.

Desempenho Financeiro

Distribuição da Receita Bruta (R\$ MM)	2T11	2T10	Var. (%)	1S11	1S10	Var. (%)
Chapas de Fibra	73,0	70,8	3,2%	141,9	139,3	1,8%
Painéis MDP	71,5	73,9	-3,2%	138,1	144,1	-4,1%
Painéis T-HDF/MDF	34,8	-	0,0%	60,1	-	0,0%
Pisos Laminados	30,9	27,9	10,9%	57,8	52,7	9,7%
<i>Segmento Madeiras</i>	<i>210,3</i>	<i>172,5</i>	<i>21,9%</i>	<i>397,9</i>	<i>336,1</i>	<i>18,4%</i>
<i>Segmento Tintas</i>	<i>49,7</i>	<i>48,9</i>	<i>1,5%</i>	<i>105,1</i>	<i>99,5</i>	<i>5,6%</i>
Outros	17,8	23,0	-22,6%	28,9	37,0	-21,9%
Receita Bruta	277,8	244,4	13,6%	531,8	472,6	12,5%



A Receita Bruta apresentou elevação de 13,6%, no 2T11, em comparação ao 2T10, atingindo R\$ 277,8 milhões. O segmento de madeira apresenta crescimento de 21,9%, e parte desse resultado está associado ao faturamento da nova linha da T-HDF/MDF, que, desconsiderado esse resultado, o segmento madeira cresceu 1,7%. O produto Piso Laminado teve elevação de 10,9%.

A Receita Bruta de Tintas apresentou crescimento de 1,5%, contra redução de -8% nos volumes. Houve no período aumentos de custos que foram repassados aos preços, que somados ao reposicionamento propiciaram o aumento do preço médio.

Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

No 2T11, comparativamente ao 2T10, o CPV apresentou elevação de 14,8%. A variação no CPV, praticamente alinhada ao aumento da receita, em parte, está associada à entrada em operação da nova linha de T-HDF/MDF, que ainda está em fase de “ramp-up” e nessa situação os custos fixos ainda não estão sendo diluídos de forma otimizada.

Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, houve certa pressão de custos, sobretudo, no segmento de Tintas, que em parte foram repassados aos preços.

Lucro Bruto e Margem Bruta

A margem bruta no 2T11 atingiu 30,4% e ficou, basicamente, no mesmo patamar do 2T10.

Sem considerar a Linha de T-HDF/MDF, a margem bruta no 2T11 foi de 31,3%, ou seja, 0,9 p.p. superior ao 2T10. O crescimento nas vendas de T-HDF/MDF deverá elevar as margens dessa linha para patamares superiores a atual média do Grupo.

Despesas Operacionais

Distribuição das Despesas (R\$ MM)	2T11	2T10	Var. (%)	1S11	1S10	Var. (%)
Vendas	(30,9)	(29,2)	6,0%	(61,6)	(55,0)	11,9%
Gerais e Administrativas	(11,9)	(10,8)	9,8%	(22,8)	(21,0)	8,4%
Total de Despesas Operacionais	(42,8)	(40,0)	7,0%	(84,4)	(76,0)	11,0%
% da Receita Líquida	-18,8%	-20,2%	-1.4 p.p.	-19,6%	-20,0%	-0,4 p.p.
Outras Receitas e Despesas Operacionais	6,9	1,9	257,1%	16,6	13,1	26,2%

As despesas operacionais, no 2T11, cresceram 7,0%, comparativamente ao 2T10. A soma das Despesas Comerciais e Administrativas representou 18,8% da Receita Operacional Líquida no 2T11, contra 20,2% no 2T10, ou seja, redução de 1,4 p.p.. O 2T11 ainda foi influenciado pela participação nas feiras.

EBITDA e Margem EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ MM)	2T11	2T10	Var. (%)	1S11	1S10	Var. (%)
Lucro Líquido	15,9	12,9	23%	40,3	33,3	21%
IR e CS	4,1	(0,0)	-99986%	6,4	6,6	-2%
Resultado Financeiro Líquido	13,0	9,2	41%	16,4	17,9	-8%
Depreciação e Amortização	25,8	19,8	-30%	49,1	38,2	-29%
Varição no valor justo dos ativos biológicos	(10,4)	(9,2)	13%	(21,6)	(20,0)	8%
EBITDA	48,4	32,7	48%	90,6	76,0	19%
Margem EBITDA	21,3%	16,5%	4.8 p.p.	21,0%	19,9%	1.1 p.p.

No 2T11, a Companhia apresentou um EBITDA de R\$ 48,4 milhões, o que representa um **crescimento de 48%** em relação ao resultado alcançado no 2T10. A melhoria no Resultado Operacional, fruto basicamente do incremento na receita, associado à redução nos gastos, foram os principais responsáveis pela melhoria do EBITDA. A Margem EBITDA também apresentou significativa melhora, atingindo uma margem de 21,3%, contra 16,5% do ano anterior.

No acumulado do ano, o EBITDA foi de R\$ 90,6 milhões, contra R\$ 76,0 milhões no 1S10. A margem EBITDA atingiu respectivamente, em 1S11 e 1S10, 21% e 19,9%.

Lucro Líquido

O lucro líquido no 2T11 foi de R\$ 15,9 milhões contra, R\$ 12,9 milhões no 2T10, aumento de 23,3%. No acumulado, o lucro líquido atingiu R\$ 40,3 milhões, contra R\$ 33,3 milhões no 1S10, ou seja, crescimento de 20,9%.

Endividamento

O endividamento da Companhia, ao final do 1S11, representa 0,8 vez o EBITDA anualizado.

Endividamento (R\$ MM)	1S11	1S10	Var. (%)
Dívida de Curto Prazo	87,0	85,4	1,9%
Dívida de Longo Prazo	62,8	79,1	-20,6%
Dívida Bruta	149,9	164,5	-8,9%
Disponibilidades	3,7	1,5	141,3%
Dívida Líquida	146,2	163,0	-10,3%
% Dívida de curto prazo	58%	52%	6,2 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	0,8	1,1	-24,8%

Investimentos

Dentre os investimentos a serem realizados em 2011, destacamos:

- Instalação da prensa de BP que aumentará a capacidade de revestimento desse tipo de produto em 7,2 milhões de m²/ano;
- Nova linha de Portas e Painéis em Salto/SP;
- Nova linha de Pintura com capacidade de 36 milhões de m²/ano;
- Construção de áreas de estocagem e novos galpões que serão utilizados para linhas de acabamento;
- Equipamentos complementares para a T-HDF/MDF, que aumentarão a sua capacidade e reduzirão os custos;
- Nova linha de Pisos Laminados em Botucatu/SP com capacidade de 6 milhões m²/ano; e
- Investimentos em plantio de florestas, que tem uma meta de 4,5 mil hectares para o ano de 2011.

Sustentabilidade

A sustentabilidade florestal da Eucatex, inclusive de sua nova linha T-HDF/MDF, é garantida por 46,4 mil hectares de florestas, todas localizadas no Estado de São Paulo.

A Companhia é reconhecida por praticar o desenvolvimento sustentável, sendo a primeira empresa do setor a conquistar a ISO 9001 em 2000. A Eucatex possui, ainda, a certificação ISO 14001 e o Selo Verde, certificado concedido pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) que atesta que suas florestas são manejadas de acordo com rigorosos padrões ambientais, sociais e econômicos.

A Eucatex foi pioneira ao implantar a primeira linha de reciclagem de resíduos de madeira em escala industrial na América do Sul. Os equipamentos de última geração permitem que o material captado em um raio de, aproximadamente, 120 quilômetros da unidade de Salto (SP) seja utilizado como matéria-prima na produção de chapas e como biomassa para queima em suas caldeiras. A capacidade total de processamento é de 240 mil tons/ano equivalentes a, aproximadamente, 2 milhões de árvores ou 1.500 hectares de florestas plantadas. O investimento para manter esse volume de madeira, considerando um ciclo de 7 anos, em terras e plantio seria de, aproximadamente, R\$ 200 milhões. Além do aspecto do custo, esse processo de reciclagem de madeira evita que esse material seja destinado a aterros sanitários das cidades.

Mercado de Capitais

As ações PN da Eucatex (EUCA4) listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) encerraram 2T11 cotadas a R\$ 7,76. O valor de mercado, considerando as cotações do final do 2T11, era de R\$ 718,7 milhões, representando 3,7 vezes o EBITDA anualizado e, aproximadamente, 74% do valor patrimonial.

Em 1º de julho de 2010, a Eucatex aderiu aos níveis de governança da BM&FBovespa, pertencendo, a partir desta data, ao Nível 1.

Recentemente, a Companhia anunciou um programa de recompra de ações que autoriza adquirir até 10% das ações preferenciais em circulação.

Recursos Humanos

No acumulado do 1S11, os gastos com pessoal somaram R\$ 64,8 milhões, dos quais R\$ 30,6 milhões são de salários e ordenados, R\$ 21,3 milhões de encargos sociais e cerca de R\$ 12,8 milhões gastos em programas de assistência médica e odontológica, transportes, alimentação, treinamento, segurança e medicina do trabalho para seus 2.399 funcionários e respectivos dependentes.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em 26/04/2011, conforme aprovação do Conselho de Administração, a Grant Thornton Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria da Companhia.

A política do Grupo Eucatex em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se substancia nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente.

Durante o 2T11, o Grupo Eucatex não contratou outros serviços da Grant Thornton Auditores Independentes.

Grupo Eucatex – Há 60 anos aliando solidez, tecnologia e pioneirismo

2011 é o ano em que a Eucatex comemora 60 anos. Uma história construída sobre pilares que a transformaram em uma das maiores empresas do Brasil.

O Grupo Eucatex é formado por um complexo de quatro fábricas que oferecem uma ampla linha de produtos para os segmentos da Indústria Moveleira (chapas T-HDF e de fibras de madeira, painéis MDP e MDF e Tamburato) e da Construção Civil (pisos laminados, portas, divisórias, tintas e vernizes).

A Unidade Chapas e a Unidade Tintas e Vernizes estão localizadas em Salto-SP, e a Unidade de Painéis e Pisos, em Botucatu-SP. A empresa possui ainda a Unidade Florestal, com um viveiro de mudas, em Bofete-SP.

Desde sua fundação, o Grupo Eucatex é reconhecido por seu pioneirismo, sua qualidade, tecnologia de ponta e pela preocupação com o meio ambiente. Em suas fábricas, utiliza 100% de madeira de eucalipto reflorestado e suas áreas florestais ocupam mais de 46 mil hectares, sendo aproximadamente um terço destinado a reservas naturais.

É assim, trabalhando com seriedade, investindo cada vez mais em sustentabilidade e tecnologia e fabricando produtos de altíssima qualidade, que a Eucatex é hoje uma marca reconhecidamente sólida.

Uma marca que há 60 anos faz parte da vida de milhares de brasileiros.

Sobre a Eucatex

A Eucatex S.A. Ind. e Com. (BM&FBovespa: EUCA3 e EUCA4), que em 2011 completa 60 anos, é uma das maiores produtoras de pisos, divisórias, portas, painéis MDP/MDF/T-HDF, chapas de fibras de madeira e tintas e vernizes do Brasil. Com 2.399 funcionários, a Companhia exporta para mais de 37 países e possui quatro modernas fábricas em Botucatu e Salto, cidades localizadas no interior do Estado de São Paulo. Para mais informações, acesse o site www.eucatex.com.br/ri

As afirmações contidas neste documento, relacionadas às perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas às probabilidades de crescimento da Eucatex são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças, sem aviso prévio.



Demonstração dos Resultados

DRE (R\$ MM)	2T11	2T10	Var. (%)	1S11	1S10	Var. (%)
Receita Bruta	277,8	244,4	13,6%	531,8	472,6	12,5%
Impostos Incidentes	(50,8)	(46,6)	9,1%	(101,0)	(91,8)	10,0%
Receita Líquida	227,0	197,9	14,7%	430,8	380,8	13,1%
Custo dos Produtos Vendidos	(158,0)	(137,7)	14,8%	(299,9)	(260,1)	15,3%
Lucro Bruto	68,9	60,2	14,5%	130,9	120,7	8,5%
% Margem Bruta	30,4%	30,4%	-0.1 p.p.	30,4%	31,7%	-1.3 p.p.
Despesas com Vendas	(30,9)	(29,2)	6,0%	(61,6)	(55,0)	11,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(10,2)	(9,6)	5,9%	(19,6)	(18,4)	6,4%
Honorários da Administração	(1,7)	(1,2)	41,1%	(3,2)	(2,6)	22,7%
Outros Despesas/ Receitas Operacionais	6,9	1,9	257,1%	16,6	13,1	26,2%
Despesas/ Receitas Operacionais	(35,9)	(38,1)	-5,6%	(67,8)	(62,9)	7,8%
Resultado antes do Resultado Financeiro	33,0	22,1	49,2%	63,1	57,8	9,2%
Resultado Financeiro Líquido	(13,0)	(9,2)	40,7%	(16,4)	(17,9)	8,3%
Resultado após Resultado Financeiro	20,1	12,9	55,2%	46,7	39,9	17,1%
Provisão para IR e CSLL	(4,1)	0,0	99986,4%	(6,4)	(6,6)	2,2%
Lucro/Prejuízo do Exercício	15,9	12,9	23,3%	40,3	33,3	20,9%
Margem Líquida	7,0%	6,5%	0.5 p.p.	9,3%	8,7%	0.6 p.p.



Balanco Consolidado (R\$ 000)	1S11	1S10	Var. (%)
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	1,3	1,1	18,6%
Titulos e valores mobiliarios	2,4	0,4	445,9%
Clientes	164,3	143,3	14,7%
Créditos com pessoas ligadas	-	-	0,0%
Estoques	83,1	77,9	6,7%
Impostos a recuperar CP	27,9	27,8	0,3%
Outros débitos CP	3,3	4,4	-26,6%
Prejuizos não realizados	-	-	0,0%
Despesas do exercício seguinte	1,4	0,2	699,3%
Total do Ativo Circulante	283,6	255,2	11,2%
Ativo não Circulante			
Ativo realizável a longo prazo			
Clientes LP	8,6	0,3	2453,2%
Bens destinados a Venda	0,8	2,1	-60,2%
Propriedade para Investimento	28,3	-	0,0%
Créditos com pessoas ligadas	-	-	0,0%
Impostos a recuperar LP	10,4	8,8	17,4%
IRPJ/CSLL Diferidos - 11.638/07	4,8	4,7	3,7%
Depósitos judiciais	7,6	7,7	-1,8%
Outros débitos LP	20,8	20,4	1,9%
Total do ativo realizável a longo prazo	81,3	44,1	84,3%
Ativo Permanente			
Investimentos	-	0,9	-100,0%
Imobilizado líquido	1.015,3	990,2	2,5%
Ativo Biológico Líquido	238,1	208,8	14,0%
Intangível	0,6	0,9	-25,9%
Total do Ativo permanente	1.254,1	1.200,8	-109,4%
Total do Ativo não Circulante	1.335,4	1.244,9	7,3%
Total Ativo	1.619,0	1.500,1	7,9%
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Empréstimos e financiamentos cp	87,0	85,4	1,9%
Fornecedores	95,2	95,5	-0,4%
Obrigações Trabalhistas	19,9	18,1	9,9%
Obrigações Tributárias	13,2	12,2	8,0%
Debêntures	-	-	0,0%
Tributos Parcelados	18,9	9,6	97,1%
IR / CS Diferido cp	-	-	0,0%
Débitos com Pessoas Ligadas	-	-	0,0%
Provisão para passivo descoberto	-	-	0,0%
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	-	-	0,0%
Adiantamento de Clientes	12,9	3,4	283,4%
Dividendos a pagar	11,8	-	0,0%
Lucros não realizados	-	-	0,0%
Contas a Pagar	31,0	13,9	123,3%
Provisão do Exercício	-	-	0,0%
Total do Passivo Circulante	289,9	238,1	21,8%
Passivo não Circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	62,8	79,1	-20,6%
Tributos parcelados LP	114,5	120,9	-5,3%
IR / CS Diferido LP	74,4	69,7	6,8%
Provisão para contingências	101,5	95,9	5,9%
Contas a Pagar LP	-	21,0	-100,0%
Debêntures em tesouraria	-	-	0,0%
Total do Passivo não Circulante	353,3	386,6	-8,6%
Patrimônio Líquido			
Capital Social	488,2	488,2	0,0%
Ações em Tesouraria	(2,0)	(0,8)	149,5%
Reservas de Reavaliação	236,6	259,4	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	104,5	107,1	
Reservas de lucros	84,3	-	
Outros Resultados abrangentes	(0,2)	-	0,0%
Lucros ou prejuizos acumulados	64,5	1,5	4112,8%
Total do Patrimônio Líquido	975,9	855,4	14,1%
Total Passivo e Patrimônio Líquido	1.619,0	1.480,1	9,4%



Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ 000)	1S11	1S10
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	46,7	39,9
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	22,3	16,5
Exaustão de ativos biológicos	24,9	21,7
Valor residual de imobilizado alienado	0,4	(2,9)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Valor da baixa de investimentos	2,0	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Variação valor justo dos ativos biológicos	(21,6)	(20,0)
Resultado recebido de empresas controladas	-	-
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	8,7	17,0
Provisão p/perdas nos estoques	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5,2)	(5,4)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1,3)	(1,2)
Provisão (Reversão) de obrigações e outros	(0,4)	2,8
Provisões para obrigação com acionistas	-	(1,3)
Variações de ativos e passivos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	(0,0)	2,4
Clientes	(20,7)	(9,6)
Créditos com partes relacionadas	-	-
Estoques	(2,1)	(11,7)
Impostos a recuperar	4,8	(5,8)
IRPJ/CSLL Diferidos - 11.638/07	2,4	0,4
Despesas do exercício seguinte	(0,7)	0,4
Depósitos judiciais	0,0	(0,4)
Outros créditos	55,4	0,9
Fornecedores	(17,5)	37,4
Obrigações trabalhistas e tributárias	(2,2)	3,0
Tributos parcelados	1,4	0,8
Adiantamento de clientes	8,5	(2,1)
Outros passivos	(28,4)	(8,2)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	77,4	74,6
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aporte de capital em controladas	-	-
Redução de capital em controladas	-	-
Acréscimo do imobilizado	(56,7)	(97,5)
Acréscimo do Ativo Biológico	(18,1)	(13,0)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(74,8)	(110,4)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos	(69,9)	(28,7)
Ingressos de empréstimos	63,0	61,5
Empréstimos de sociedades controladas	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(6,9)	32,7
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4,2)	(3,1)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5,5	4,2
No fim do exercício	1,3	1,1
Informações suplementares:		
Imposto de renda e Contribuição Social pagos	(4,1)	(5,6)
Juros pago	-	-



eucatex

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

As atividades da Eucatex S.A. Indústria e Comércio (“Companhia”) compreendem, principalmente, a produção para comercialização, no país e no exterior, de painéis de Madeira - MDF/THDF (*Medium Density Fiberboard/Thin High Density Fiberboard*) chapa de fibra (*Hardboard*) e MDP (*Medium Density Particleboard*), além da produção de produtos derivados, como Pisos Laminados, Portas para Construção Civil e Painéis de Divisória. As sociedades controladas diretas atuam na produção e na comercialização de tintas imobiliárias, artefatos para construção civil e comercialização do excedente energético.

O capital social é representado por 31.257.700 ações ordinárias (EUCA3) e 61.361.556 ações preferenciais (EUCA4), totalizando 92.619.256 ações, negociadas na BM&FBovespa. Desse total, em 30 de junho de 2011, a Companhia possuía 341.434 ações preferenciais em tesouraria.

A Companhia possui 4 unidades industriais e 45,9 mil hectares de florestas em 71 fazendas, localizadas no Estado de São Paulo.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitscheck, 1830, 11º andar Torre I, Itaim Bibi, São Paulo.

A emissão das Demonstrações Financeiras intermediárias foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de agosto de 2011.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos e exercício apresentados.

2.1 Bases de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com International Accounting Standards – IAS 37/CPC2 emitidos respectivamente pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que trata dos relatórios intermediários. Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Eucatex S.A Indústria e Comércio de 31 de dezembro de 2010, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e CPCs/IFRS estão descritas na Nota 3.



(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, incluem os pronunciamentos emitidos pelo CPC. Os IFRS compreendem (i) os IFRS, (ii) os International Accounting Standards (“IAS”), e (iii) as interpretações originadas do International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou anteriormente Standard Interpretations Committee (“SIC”). As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas de acordo com os IFRS são equivalentes às apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

2.2. Consolidação

2.2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto (vide Nota 13).

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as sociedades: Eucatex S. A. Indústria e Comércio e suas controladas diretas: Eucatex Tintas e Vernizes Ltda., Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda., Eucatex Agro-Florestal Ltda., Eucatex Comercial e Logística Ltda., Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., Tamboré Ind. e Com. Prod. Met. Ltda., Eucatex of North America Inc., e suas controladas indiretas: AD Argilas Descorantes Ltda., Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. e Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.

Nas operações entre as sociedades consolidadas foram eliminadas as participações recíprocas, os saldos de contas, as receitas e despesas e os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários, entre as Companhias, quando aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as sociedades consolidadas.

2.2.2. Demonstrações Financeiras

Os resultados e variações patrimoniais de controladas são contabilizados na Companhia pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicada nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto no IFRS seria custo ou valor justo.

2.3. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmento de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho



dos segmentos operacionais é a Diretoria do Grupo, responsável pela tomada das decisões estratégicas, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício ou período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Sociedades do Grupo

A controlada localizada no exterior possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados na conta de ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores há três meses ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

2.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para venda e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são classificados em duas finalidades:



(a) Ativos financeiros disponível para venda

Os ativos financeiros mantidos disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros que não são classificados como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais para os quais a Administração pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidas para atender as necessidades de liquidez ou em resposta as mudanças nas condições de mercado.

(b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta categoria os empréstimos e os recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e os recebíveis são atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

2.7.2. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4. Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.



Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Em 30 de junho de 2011 a Companhia mantém instrumentos derivativos. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção. Quando contratados, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

Referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e estão apresentadas ao valor presente, quando relevante, e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A provisão para devedores de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.



2.10. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção inferiores ao seu custo de reposição ou aos valores de realização. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou morosos em quantidade superior aquela a ser utilizada, com base na estimativa da Administração quanto aos valores líquidos de realização.

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida.

(a) Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

(b) Desenvolvimento e Implantação de sistemas (softwares)

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo; (iii) o software pode ser usado; (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e (vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%.

2.12. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 16. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.



Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não adotaram a opção do custo atribuído (*deemed cost*), exceto para terrenos (fazendas), conforme CPC 37 (Interpretação Técnica – ICPC 10) por avaliarem que a vida útil econômica revisada para fins de depreciação melhor reflete o valor dos ativos (Nota 16).

2.13. Impairment de ativos não-financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.14. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são representados pelas reservas florestais e são reconhecidos ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita (Nota 15). Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e são destinados para produção de chapas. Como resultado das melhorias nas técnicas de manejo florestal, incluindo a melhoria genética das árvores, o processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base no preço estimado para eucalipto para o mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé". Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual de cada região.

A Companhia avalia seus ativos biológicos ao final de cada trimestre.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo



custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis").

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas de acordo com o regime contábil de competência.

2.16. Contas a pagar a fornecedores e provisões

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.17. Tributos sobre o lucro

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade. São calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para estas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é calculada a razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas e sobre o resultado aplica-se as alíquotas regulares do imposto de renda e contribuição social.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, são reconhecidas somente na extensão em que sua realização seja provável, tendo como base projeções de geração de lucro tributável futuro.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.



2.18. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.19. Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participações nos lucros (PLR) que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício ou período, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. As provisões para reconhecer a participação dos empregados nos lucros e resultados são reconhecidas em resultado na rubrica "Outros resultados operacionais".

2.20. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- a) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados;
- c) Obrigações legais são registradas na rubrica provisões para demandas judiciais.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre sociedades do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios



econômicos futuros fruirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

(a) Venda de produtos

São reconhecidas no resultado quando são transferidos todos os riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido à medida que há expectativa de realização, usando o método da taxa de juros efetiva.

(c) Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Consolidado:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 5% e 10%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 7% a 12%;
- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

Exceto, para controlada – Eucatex Agro-Florestal Ltda.

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses encargos são representados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

2.22. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis quando a construção tenha sido iniciada a partir de 1º de janeiro de 2009. A Companhia continua a contabilizar em despesa os custos de empréstimos relativos a projetos de construção iniciados antes de 1º de janeiro de 2009.



2.23. Lucro por ação – básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC41 (IAS 33).

A Companhia não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

2.24. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacional são registrados no custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, sendo depreciados pelas taxas informadas na Nota 16.

2.25. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia. Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.26. Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos. Desta forma, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente



será registrado até o limite da perda reconhecida. A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, quando aplicável.

2.27. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto de acordo com o CPC 3 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

2.28. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações trimestrais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas Informações contábeis consolidadas da Companhia.

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Informações contábeis consolidadas.

- **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não teve impacto nas Informações contábeis consolidadas da Companhia.



• **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas Informações contábeis consolidadas.

Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios.
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Sumário das práticas contábeis modificadas e demonstração dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido – conciliação entre os critérios contábeis anteriores e IFRS

As principais alterações nas práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Custo atribuído (*Deemed Cost*)

Corresponde a atribuição de um novo custo a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados pela Companhia com apoio de Consultores externos. A atribuição de um novo custo aos terrenos (fazendas) da controlada Eucatex Agro-Florestal totalizou o montante bruto de R\$136.034. Os ajustes de custo atribuído (*deemed cost*), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2009, no valor de R\$89.782 líquido de IR e CSLL diferidos.

b) IFRS 8/CPC 22 - "Informações por Segmento"

A Companhia está divulgando as informações segmentadas de acordo com o seu modelo de negócio atual, segregado em Madeira e Tintas (Nota 31).

c) IAS 41/CPC 29 – “Ativos Biológicos”

Os ativos biológicos, representados pelas florestas em formação, foram mensurados ao valor justo menos as despesas de venda. Anteriormente, esses ativos eram registrados ao custo histórico. A exaustão do valor justo foi calculada com base no corte e uso das florestas e registrado no “Custo das vendas”.

**d) IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o lucro**

De acordo com o novo pronunciamento técnico, os créditos e diferenças temporárias devem ser registrados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros para os quais esses créditos e diferenças temporárias possam ser utilizados, independentemente do prazo máximo estipulado na legislação anterior.

e) IAS 33/CPC 41 – “Lucros por Ação” (básico e diluído)

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro líquido do período para as operações em continuidade, considerando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferências, emitidas pela Companhia durante o período. As ações preferenciais têm direito de dividendos 10% superiores aos das ações ordinárias. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, o lucro por ação era calculado levando-se em consideração a totalidade das ações emitidas, independentemente de sua classe (ordinária e preferencial), na data de encerramento das demonstrações contábeis. A Companhia não possui títulos conversíveis em ações que poderiam ter efeito de diluição.

f) IAS 28/CPC 18 - "Investimento em Coligada e em Controlada"

Os resultados não realizados em operações de venda de ativos da controladora para uma controlada foram eliminados nos balanços individuais, de forma a eliminar as diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado individual e consolidado.

g) IAS 23/CPC 20 – “Custos de Empréstimos”

A Companhia capitalizou os juros sobre empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de seus ativos qualificáveis. Outros custos foram reconhecidos como despesas.

h) IAS 16/ICPC10 - "Deemed Cost"

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela deliberação CVM nº 619/09, em 2010 a Companhia revisou a vida útil-econômica estimada de seus principais itens do ativo imobilizado para o cálculo da depreciação, ajustando retrospectivamente as demonstrações financeiras para fins de comparação.

Resultado	Controladora	Consolidado
	30/06/2010	30/06/2010
Lucro líquido antes dos novos pronunciamentos	21.941	22.972
Variação valor justo dos ativos biológicos	19.971	19.971
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo ativos biológicos	(14.006)	(14.006)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	5.326	5.346
Capitalização dos juros efeito no resultado	1.298	1.298
IR/CS diferido s/ os ajustes	(2.252)	(2.285)
Resultado da equivalência	320	-
Efeito nos lucros não realizados	698	-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	11.355	10.324
Lucro líquido após os novos pronunciamentos	33.296	33.296



4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

Nas demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. Estas estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias, elaboradas com a utilização das informações disponíveis na data. Portanto, as demonstrações financeiras incluem várias estimativas. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

- **Valor Justo do Ativo Biológico**

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com os métodos estabelecidos pelo CPC 29 / IAS 41. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas, como preço de venda, quantidade cúbica de madeira podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente na valorização ou desvalorização desses ativos.

- **Recuperação de propriedades e equipamentos**

Com base em fluxos de caixa futuros a Companhia avalia a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas suas atividades e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

- **Revisão da vida útil**

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. As estimativas de vida útil são realizadas por consultores externos.

- **Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.



5. Instrumentos Financeiros e Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

5.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.286	5.480	1.286	5.480
Títulos e Valores Mobiliários	2.383	2.353	2.383	2.353
Contas a Receber, líquidas	164.345	150.581	164.345	150.581
Impostos a recuperar - Circulante e Não Circulante	38.255	28.947	38.255	28.947
Outros ativos	87.758	113.688	87.758	113.688
Total	294.027	301.049	294.027	301.049
Passivos Financeiros				
Empréstimos e Financiamentos - Circulante e Não Circulante	149.869	161.153	156.250	169.142
Contas a pagar e Fornecedores	126.183	145.339	126.183	145.339
Dividendos	11.769	21.295	11.769	21.295
Impostos a pagar - Circulante e Não Circulante	146.555	145.278	146.555	145.278
Outras obrigações	32.843	24.975	32.843	24.975
Total	467.219	498.040	473.600	506.029

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:



- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

5.2 Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;

b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e Financiamentos		149.869	
Valor justo dos derivativos		132	

5.3 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, derivativos e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Para linhas de crédito em moeda estrangeira os principais riscos estão associados à variação cambial e a variação da taxa libor.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos e financiamentos a Companhia possui linhas de Finame, Capital de Giro, Finimp, Pré-Pagamento de exportação e ACC, todas se apresentam divulgadas pelo valor de mercado. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme



cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,25% para o ano de 2011 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicação Financeira Posição 30.06.2011		292	219	146

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e nas taxas de câmbio (US\$) vigentes em 30 de junho de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi 30 de junho de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Correção da TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
Financiamentos – BNDES	TJLP	972	1.215	1.458
		-	-	-
Variação cambial		6,00%	7,50%	9,00%
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira (1)	US\$	6.801	8.501	10.201
		-	-	-
Alteração no CDI		12,25%	15,31%	18,38%
Empréstimos e Financiamentos em reais		2.490	3.112	3.734

Análise de sensibilidade

Para as operações cambiais com risco de flutuação do dólar, a partir da taxa de câmbio de 30 de junho de 2011 de R\$1,5611 por US\$1,00, foram estimados ajustes para quatro cenários:

- Cenário 1: (25% de valorização do real) taxa de R\$1,1708 por US\$1,00;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) taxa de R\$0,7806 por US\$1,00;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) taxa de R\$1,9514 por US\$1,00;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) taxa de R\$2,3417 por US\$1,00.



5.4 Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado no seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Em 30 de junho de 2011 a Companhia possuía um contrato de NDF (Non Deliverable Forward), cujo valor contratado era US\$1.483.393, com vencimento em outubro de 2011 e posição comprada em dólar. A Companhia contratou esta operação com o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

Risco	Valor de referência do dólar	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
		-25%	-50%	25%	50%
	1,5611	1,1708	0,7806	1,9514	2,3417
Flutuação do dólar	1,483	1,483	1,483	1,483	1,483
Posição na moeda funcional BRL	2,315	1,736	1,158	2,894	3,473
Dólar contratado	1,6498	1,483	2,447	2,447	2,447
		2,447	2,447	2,447	2,447
Ajustes em relação ao valor de referência na moeda funcional em 30/06/11	(132)	(710)	(1,289)	447	1,026

Valor Justo

Os resultados gerados pelos contratos de Derivativos registrados em resultado financeiro em 30 de junho de 2011 foi de R\$(132).

5.5 Fatores de Risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

a) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.



Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia monitora, periodicamente, a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, sendo que a mesma adota a política de efetuar hedge somente para os vencimentos de curto prazo.

Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

<i>Consolidado</i>	<i>30/6/2011</i>	<i>31/12/2010</i>
<i>Empréstimos e financiamentos:</i>		
<i>Dólar norte-americano</i>	<i>99.039</i>	<i>113.193</i>
<i>Euro</i>	<i>14.167</i>	<i>11.477</i>
<i>Total (1)</i>	<i>113.206</i>	<i>124.670</i>
<i>Disponibilidades e conta a receber:</i>		
<i>Dólar norte-americano</i>	<i>7.042</i>	<i>4.387</i>
<i>Euro</i>	<i>7</i>	<i>7</i>
<i>Total (2)</i>	<i>7.049</i>	<i>4.394</i>
<i>Exposição líquida (1 - 2):</i>		
<i>Dólar norte-americano</i>	<i>91.997</i>	<i>108.806</i>
<i>Euro</i>	<i>14.160</i>	<i>11.470</i>
<i>Total</i>	<i>106.157</i>	<i>120.276</i>

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições que considera sólidas.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para capital de giro.



Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Eucatex é assegurar a disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face a manutenção da liquidez da Companhia e a obtenção de taxas de juros compatíveis com a sua atividade, visando maximizar o retorno ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de junho de 2011 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	145.610	158.155	149.869	161.153
(-) Caixa e equivalente de caixa e TVM	(3.004)	(7.075)	(3.670)	(7.833)
Dívida líquida	142.606	151.080	146.199	153.320
Patrimônio líquido	975.850	936.873	975.850	936.873
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.118.456	1.087.953	1.122.050	1.090.193

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Numerários	126	119	200	189
Bancos conta movimento	783	4.693	1.086	5.291
Total	909	4.812	1.286	5.480

7. Títulos e valores mobiliários

Refere-se a títulos disponíveis para venda. O saldo de R\$ 2.383 em junho de 2011 (R\$ 2.353 em dezembro de 2010) está representado principalmente por certificados de depósitos bancários CDB. A taxa média de remuneração das aplicações foi de 100%.

8. Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Cientes Nacionais	116.274	106.546	179.281	160.589
Cientes Exterior	5.278	1.765	7.871	4.250
Cessão de Crédito (1)	(11.146)	(10.160)	(11.146)	(10.160)
Crédito de liquidação duvidosa	(2.258)	(3.206)	(3.069)	(3.756)
Total	108.148	94.945	172.936	150.923
Ativo Circulante	107.056	94.945	164.345	150.581
Ativo Não Circulante	1.092	-	8.591	342
Total	108.148	94.945	172.936	150.923

- 1) Refere-se à operação de cessão de créditos com instituição financeira sem qualquer direito de regresso e cobrança, exceto pelo não cumprimento de condições comerciais inerentes ao processo de venda. Em 30 de junho de 2011 não há qualquer ato ou fato que possa ensejar opção pela devolução ou o não pagamento de qualquer dos créditos. Os juros médios incidentes na operação são de 1,1% a.m, registrados na rubrica despesas financeiras.



a. A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
A vencer	118.410	102.766	182.347	156.713
Vencidos até 30 dias	1.034	1.476	1.518	2.074
Vencidos de 31 a 60 dias	152	332	226	493
Vencidos de 61 a 90 dias	229	112	297	183
Vencidos de 91 a 180 dias	244	534	311	641
Vencidos a mais de 180 dias	1.483	3.091	2.453	4.735
TOTAL	121.552	108.311	187.152	164.839

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b. Créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	(3.206)	(1.440)	(3.756)	(1.728)
Adições	-	(3.010)	-	(3.598)
Baixa	948	1.244	687	1.570
Saldo Final	(2.258)	(3.206)	(3.069)	(3.756)

9. Estoques

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Produtos Acabados	19.459	15.686	30.278	27.264
Produtos Semi-acabados	12.279	7.093	12.533	7.367
Mercadoria para Revenda	60	60	75	157
Produtos em Elaboração	3.693	5.171	6.347	7.591
Materiais poder de Terceiros	4.000	3.844	4.344	3.897
Materia-prima	15.044	14.775	19.701	20.736
Almoxarifado e Outros	7.464	9.673	9.202	11.712
Adiantamento Fornecedores	231	2.353	2.403	3.807
Provisão para perda na recuperação de ativos	(1.500)	(1.500)	(1.748)	(1.500)
Total	60.731	57.155	83.136	81.031

(*) **Provisão para perdas em estoques:** para itens com baixa movimentação e sem previsão de uso definido por meio do programa de vendas, são constituídas provisões para cobrir eventuais perdas para estoque.



10. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Impostos Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) (1)	19.979	20.068	20.527	20.800
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	50	2	106	65
PIS/COFINS	2.223	2.490	2.223	2.551
IRPJ/CSLL - Corrente	8.291	9.618	12.485	12.061
Outros Impostos	473	264	2.914	4.339
Total	31.015	32.442	38.255	39.816
Circulante	20.628	21.573	27.867	28.947
Não Circulante	10.388	10.869	10.388	10.869
Total	31.015	32.442	38.255	39.816

(1) Representado, principalmente, pelo crédito relativo às aquisições de ativo imobilizado, a valor presente, e que está sendo utilizado à razão mensal de 1/48 avos, conforme legislação fiscal vigente. O cálculo do ajuste a valor presente foi realizado em 30 de junho de 2011 e monta R\$4.019 (R\$3.868 em 31 de dezembro de 2010) e foi calculado tomando como base a taxa selic de 12,25% em 2011 (10,75% em 2010).

a) Segregação Aproveitamento ICMS a Longo Prazo

Consolidado	30/6/2011	31/12/2010
2012	6.337	6.615
2013	3.428	3.603
2014	623	651
	10.388	10.869

11. Outros créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Adiantamento a Fornecedores	1.175	-	1.513	-
Adiantamento de Folha de Pagamento	50	1.030	1.467	1.607
Outros valores a receber	4.399	261	4.399	57.021
Créditos Diversos	-	4.398	275	4.419
Precatórios a Receber	12.820	12.820	16.396	16.396
Total	18.444	18.509	24.050	79.443
Circulante	1.225	1.290	3.254	31.996
Não Circulante	17.219	17.219	20.795	47.447
Total	18.444	18.509	24.050	79.443

(1) O saldo está representado por:

a) Venda da Fazenda Santa Luzia localizada no município de Itu pelo valor de R\$ 85 milhões, que foram que serão pagos da seguinte forma: R\$20 milhões após a efetivação do registro da escritura de venda e compra no Registro de Imóveis de Itu previsto no início de novembro de 2010, e o saldo remanescente de R\$56,1 milhões foram parcelados 25 meses, com parcelas mensais de R\$2,2 milhões cada uma, atualizadas com base na variação de 80% do CDI a partir de 01 de julho de 2010.

No mês de março a Eucatex antecipou o recebimento das parcelas vincendas da venda fazenda Santa Luzia através de Cessão de Crédito, o valor da



referida cessão foi creditado em 30 de março de 2011, não restando assim saldo a receber.

b) Diversos contratos de venda de imóveis, equipamentos e cessão do direito de uso de marcas para DDL Indústria Metalúrgica Ltda. com prazo de recebimento iniciado em 09 de março de 2010 e término em 09 de setembro de 2011;

(2) Refere-se a créditos precatórios adquiridos pela Companhia em 2006, 2007 e 2010 em forma de precatório, respectivamente contra a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oriundos de uma ação de desapropriação, Processo nº 87.101.1358-4 perante a 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e precatórios oriundo do processo junto a 11ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, cuja ação foi julgada procedente e transitada em julgado, oriundo do Precatório nº 04688/08, Ordem Cronológica nº 1124/09 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expedido em favor da Associação dos Aposentados e Pensionistas da VASP.

12. Propriedade para investimentos

O saldo de R\$ 28.275 refere-se a: uma fazenda localizada na cidade de Salto denominada “Rancho Feliz”, com metragem aproximada de 2,0 milhões de m². Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com empresas do setor imobiliário para realização de um projeto visando à venda de lotes residenciais e comerciais.

A área a ser comercializada, após realização da infra-estrutura será de aproximadamente 1,2 milhões de m² e o VGV (Valor Geral de Vendas) estimado do projeto é de R\$ 250 milhões e a Companhia terá 38% livre de ônus sobre esse total.

Uma vez que o projeto depende da liberação de órgãos públicos para seu início, estima-se que o prazo para realização da receita se dará ao longo de 7 anos. A propriedade está registrada pelo seu custo histórico.

13. Investimentos

A Companhia participa indiretamente na empresa AD Argilas Descorantes Ltda., em 99%, por meio da sociedade Eucatex Tintas e Vernizes Ltda., na Eucatex Tintas e Vernizes Ltda., em 2,07%, por intermédio da sociedade Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda., na Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., e na Eucatex Nordeste Indústria e Comércio Ltda., em 99% por meio da sociedade Eucatex Agro Florestal Ltda.

Os lucros não realizados nas vendas de controladas para a controladora foram eliminados no cálculo da equivalência patrimonial:



a. Informações relativas às controladas:

Descrição	Participações								Resultado da equivalência patrimonial		Investimentos	
	País Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem	Capital Social	Lucro/Prejuízo 30/06/2011	Lucro/Prejuízo 30/06/2010	Patrimônio Líquido 30/06/2011	Patrimônio Líquido 31/12/2010	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	31/12/2010
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda	Brasil	85.895	97,93	87.709	4.037	3.870	49.051	45.014	4.100	3.926	48.036	44.082
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda	Brasil	899	99,99	899	(47)	(76)	1.754	1.800	(47)	(77)	1.753	1.800
Eucatex of North America, Inc.	EUA	100	100,00	177	(231)	540	826	1.118	(231)	539	826	1.118
Tamboré Ind. e Com Prod. Met. Ltda	Brasil	9.891	99,99	9.891	(52)	(54)	1.213	1.265	(52)	(54)	1.213	1.265
Eucatex Comercial e Logística Ltda	Brasil	100	99,99	100	777	1.228	6.446	5.669	778	1.228	6.447	5.669
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda	Brasil	10	99,90	10	-	-	10	10	-	-	10	10
Eucatex Agro-Florestal Ltda	Brasil	413.772	99,99	413.772	34.844	15.818	625.130	590.287	34.879	15.836	625.130	590.287
Eucatex Distribuidora de Energia	Brasil	100	99,99	100	-	-	42	-	-	-	-	-
Eucatex Nordeste	Brasil	100	99,99	100	-	-	100	-	-	-	-	-
Outros Investimentos	Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
									39.427	21.398	683.415	644.231

b. Movimentação dos investimentos na controladora:

Descrição	Saldo em 31.12.2010	Equivalência Patrimonial	Varição Cambial	Distribuição de lucros	Aporte	Baixas de investimentos	Luos/Prejuízos não realizados em controladas	Saldo em 30.06.11
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda	44.082	4.100	-	-	-	-	(146)	48.036
Eucatex Distribuidora de Solventes LTDA	1.800	(47)	-	-	-	-	-	1.753
Eucatex of North America, Inc.	1.118	(231)	(61)	-	-	-	-	826
Tamboré Ind. e Com Prod. Met. Ltda	1.265	(52)	-	-	-	-	-	1.213
Eucatex Química Comercial Ltda.	5.669	778	-	-	-	-	-	6.447
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	10	-	-	-	-	-	-	10
Eucatex Agro-Florestal Ltda	590.287	34.879	-	-	-	-	(35)	625.130
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
	644.231	39.427	(61)	-	-	-	(181)	683.415

14. Partes Relacionadas

a. Transações com sociedades relacionadas

	Contratos de mútuo – ativos		Contratos de mútuo/ passivos		Receitas - juros de mútuo		Despesas - juros de mútuo	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Eucatex S.A.	-	-	-	-	3.410	3.676	6.643	4.751
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	750	-	-	-	170	71	124	111
Eucatex of North America Inc.	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	-	-	10	10	-	-	-	-
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda.	7.410	77.022	-	-	6.110	5.225	3.561	3.711
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	14	-	-	1	-	-	1
Tamboré Ind. e Com. Prod. Met. Ltda.	-	-	-	-	72	77	-	16
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	-	-	35.496	100.146	5.077	3.868	6.108	5.208
Eucatex Agro- Florestal Ltda.	-	-	63.474	-	1.620	898	-	17
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda	190	-	-	-	-	-	24	-
Total	8.350	77.036	98.980	100.156	16.460	13.815	16.460	13.815

	Contas a receber		Compras de matérias-primas e		Receitas de vendas	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Eucatex S.A.	-	-	65.646	54.424	14.498	24.559
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	-	-	-	-	4.273	5.205
Eucatex of North America Inc.	7.042	5.701	5.189	10.831	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	-	-	-	-	-	-
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda.	-	-	4.293	8.380	73.905	75.409
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	-	-	-	-
Tamboré Ind. e Com. Prod. Met. Ltda.	-	-	-	-	-	-
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	-	-	42.335	48.796	-	-
Eucatex Agro- Florestal Ltda.	-	-	-	26	24.787	17.284
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda	-	-	-	-	-	-
Total	7.042	5.701	117.463	122.457	117.463	122.457

As transações realizadas entre as sociedades relacionadas referem-se, substancialmente, a compras e vendas de produtos efetuados com preços, prazos e condições definidas entre as partes. Estas operações são realizadas entre a controladora e suas controladas, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação.



As principais transações envolvendo a Companhia e suas controladas referem-se ao fornecimento de chapas de madeira para Eucatex North América e de pisos, portas e tintas e vernizes para Eucatex Comercial e Logística. Já em relação às compras de insumos as controladas Eucatex Tintas e Vernizes Ltda. e Eucatex Agro Florestal Ltda., são fornecedores de matérias-primas tintas e vernizes e madeira em pé, respectivamente para sua controladora Eucatex S.A.

Conforme mencionado na nota 23 “Contas a pagar” a Companhia possuía obrigações com acionistas em 30 de junho de 2011 no montante de R\$16.462, e em 31 de dezembro de 2010 R\$ 16.750.

b. Remuneração da administração

A Assembléia Geral Ordinária (AGO) não definiu limite de remuneração global anual dos administradores da Companhia. Em 30 de junho de 2011, a Companhia pagou aos administradores e diretores a título de remuneração, R\$3.156 (R\$2.572 em junho de 2010).

	30/6/2011	30/6/2010
Honorários do Conselho Administração	12	17
Honorários da Diretoria Estatutária	3.144	2.555
Total	3.156	2.572

Não há benefícios adicionais para a administração.

15. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas em formação de eucalipto que são utilizadas como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes.

Em 30 de junho de 2011 a Companhia possuía através da sua subsidiária integral Eucatex Agro-Florestal Ltda., aproximadamente 26 mil hectares em áreas de efetivo plantio (26 mil hectares em 31 de dezembro de 2010), que são cultivadas no estado de São Paulo nas regiões de Botucatu e Salto. Não foi possível identificar a existência de um mercado ativo ou mercado ativo relevante para o ativo biológico analisado, motivo pelo qual se optou por mensurar o valor justo do ativo biológico através do cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa líquido – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio.
- Taxa de Desconto: taxa corrente de mercado apropriada para trazer os fluxos de caixa considerados a valores presentes nas datas de mensuração.
- Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico, através de pesquisas de mercado divulgadas por empresas especializadas, além dos preços praticados em operações de compra e venda realizada pela Companhia. O preço líquido médio de venda considerado foi de R\$ 45,24 / m³ (R\$ 45,24 / m³ em 2010). A taxa de desconto utilizada foi de 8,8% e



9,4%, em 2011 e 2010 respectivamente, antes do imposto de renda e descontada a inflação.

- Volumes – consideram o ciclo médio de colheita de 7 anos, e foram projetados com base na produtividade média considerando o (“IMA” – Incremento Médio Anual) de 45 m³ / hectare. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira.
- Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos ao final de cada exercício.
- A avaliação dos valores justos dos ativos biológicos foi efetuada pela administração.

b) Composição/Movimentação dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12//2010	223.696	Saldo em 31/12/2009	197.503
Cortes efetuados no exercício	(24.914)	Cortes efetuados no exercício	(40.914)
Ganho na atualização do valor justo	21.610	Ganho na atualização do valor justo	36.091
Adições	17.688	Adições	31.016
Saldo em 30/06/2011	238.080	Saldo em 31/12//2010	223.696

16. Imobilizado

a) Composição e Movimentação

CONTROLADORA	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Imobilizações em Andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Ativos	Total
Em 31/12/2010								
Saldo inicial	625	35.818	236.709	326.454	1.225	2.867	822	604.520
Aquisições	54	-	1.114	30.224	32	7	31	31.462
Baixas	(54)	-	(1.833)	-	-	(163)	-	(2.050)
Depreciações	-	(526)	(9.050)	-	(54)	(146)	(26)	(9.802)
Transferências	-	35.493	260.458	(295.496)	-	123	209	787
Saldo contábil, líquido	625	70.785	487.398	61.182	1.203	2.688	1.036	624.917
Saldo inicial em 31/12/2010								
Custo	625	102.120	755.342	61.182	3.486	5.896	1.778	930.429
Depreciação acumulada	-	(31.335)	(267.944)	-	(2.283)	(3.208)	(742)	(305.512)
Saldo contábil, líquido	625	70.785	487.398	61.182	1.203	2.688	1.036	624.917
Em 30/06/2011								
Saldo inicial	625	70.785	487.398	61.182	1.203	2.688	1.036	624.917
Aquisições	-	4	526	55.345	177	-	31	56.083
Baixas	-	-	(210)	-	-	(168)	-	(378)
Depreciações	-	(1.899)	(19.066)	-	(108)	(260)	(82)	(21.415)
Transferências	-	(487)	25.086	(25.023)	10	99	315	-
Saldo contábil, líquido	625	68.403	493.734	91.504	1.282	2.359	1.300	659.207
Saldo inicial em 30/06/2011								
Custo	625	101.636	773.369	91.504	3.671	5.407	2.080	978.292
Depreciação acumulada	-	(33.233)	(279.635)	-	(2.389)	(3.048)	(780)	(319.085)
Saldo contábil, líquido	625	68.403	493.734	91.504	1.282	2.359	1.300	659.207



CONSOLIDADO	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Imobilizações em Andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Ativos	Total
Em 31/12/2010								
Saldo inicial	362.228	54.031	241.680	328.345	1.305	2.934	907	991.430
Aquisições	54	-	1.102	30.310	33	7	32	31.538
Baixas	(30.214)	-	(1.833)	-	-	(163)	-	(32.210)
Depreciações	-	(761)	(9.218)	-	(57)	(151)	(26)	(10.213)
Transferências	-	35.493	260.462	(295.496)	-	123	209	791
Saldo contábil, líquido	332.068	88.763	492.193	63.159	1.281	2.750	1.122	981.336
Saldo inicial em 31/12/2010								
Custo	332.068	136.481	775.116	63.159	4.047	6.341	1.865	1.319.077
Depreciação acumulada	-	(47.718)	(282.923)	-	(2.766)	(3.591)	(743)	(337.741)
Saldo contábil, líquido	332.068	88.763	492.193	63.159	1.281	2.750	1.122	981.336
Em 30/06/2011								
Saldo inicial	332.068	88.763	492.193	63.159	1.281	2.750	1.122	981.336
Aquisições	-	7	726	55.713	183	-	33	56.662
Baixas	(33)	-	(210)	-	-	(168)	-	(411)
Depreciações	-	(2.369)	(19.400)	-	(112)	(279)	(82)	(22.242)
Transferências	-	(167)	25.983	(26.408)	20	257	315	-
Saldo contábil, líquido	332.035	86.234	499.292	92.464	1.372	2.560	1.388	1.015.345
Saldo inicial em 30/06/2011								
Custo	332.035	136.084	794.065	92.464	4.249	6.002	2.169	1.367.068
Depreciação acumulada	-	(49.850)	(294.773)	-	(2.877)	(3.442)	(781)	(351.723)
Saldo contábil, líquido	332.035	86.234	499.292	92.464	1.372	2.560	1.388	1.015.345

(*) A Companhia possui cinco contratos de arrendamento mercantil financeiros registrados na rubrica veículos.

b) Imobilizações em andamento

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente a construções, máquinas, equipamentos, instalação e construção civil.

A Companhia adota o procedimento de capitalizar os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, a construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo, quando possível mensurar com segurança através de suas linhas de financiamento.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Em 30 de junho de 2011 não houve capitalização de juros, pois os ativos não faziam parte das linhas de financiamento.

c) Método de depreciação

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela deliberação CVM nº 619/09, a Companhia revisou a vida útil-econômica estimada de seus principais ativos (máquinas, equipamentos e instalações industriais).

Taxas anuais de Depreciação	Revisado	Anterior
Edifícios e Benfeitorias	2,98%	3,30%
Máquinas, Equipamentos e Instalações	6,09%	8,41%
Móveis e Utensílios	5,73%	8,30%
Veículos	10% a 20%	10% a 20%
Outros Ativos	6,60%	15,72%

d) Adoção do custo atribuído (*Deemed cost*)

Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS pela atribuição de custo ao ativo imobilizado somente para a classe de terras florestais, conforme estabelecido pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16).



Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela administração gerando uma mais valia de R\$136.034 ao custo anterior de R\$ 226.107 registrado no ativo imobilizado da controlada Eucatex Agro-Florestal Ltda. Sobre o saldo constitui-se imposto de renda e contribuição social diferido passivo no valor de R\$46.251. A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes.

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

A Companhia preparou para as datas de 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 análises do Valor em Uso de suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) com base nos respectivos Fluxos de Caixa Descontados, os quais foram preparados de acordo com os planos de negócios aprovados pela administração. Com base nos estudos, não foram identificados indicadores que pudessem reduzir os valores de realização dos respectivos ativos.

A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

17. Intangível

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Software	Marcas e Patentes	Total	Software	Marcas e Patentes	Total
Saldo inicial em 31/12/2009						
Custo	1.571	831	2.402	2.147	1.024	3.171
Amortização acumulada	(1.413)	(364)	(1.777)	(1.823)	(542)	(2.365)
Saldo contábil, líquido	158	467	625	324	482	806
Em 31/12/2010						
Saldo inicial	158	467	625	324	482	806
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(38)	(15)	(53)	(54)	(18)	(72)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	120	452	572	270	464	734
Saldo inicial em 31/12/2010						
Custo	1.571	831	2.402	2.147	1.024	3.171
Amortização acumulada	(1.434)	(396)	(1.830)	(1.877)	(560)	(2.437)
Saldo contábil, líquido	137	435	572	270	464	734
Em 30/06/2011						
Saldo inicial	137	435	572	270	464	734
Aquisições	1	-	1	1	-	1
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(20)	(30)	(50)	(50)	(37)	(87)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	118	405	523	221	427	648
Saldo inicial em 30/06/2011						
Custo	1.572	831	2.403	2.148	1.024	3.172
Amortização acumulada	(1.454)	(426)	(1.880)	(1.927)	(597)	(2.524)
Saldo contábil, líquido	118	405	523	221	427	648
Taxa média de amortização	20%	10%		20%	10%	



18. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Vencimento	Encargos	Amortização	Garantia	Controladora		Consolidado	
					30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante								
Capital de Giro	-	100% CDI + 4,56% a.a	-	Duplicatas	7.785	2.570	7.789	2.575
Credito Rural	set/2014	10,15% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	1.082	701	1.082	701
Finame	jun/2020	6,07% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	2.103	2.175	2.103	2.175
BNDES EXIM	dez/2011	7% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	8.030	16.055	8.030	16.055
SACE (2)	abr/2015	4,65% a.a	Semestral	Nota Promissória	3.609	2.361	-	2.361
Finimp	nov/2011	5,97 % a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas/Alienação Fiduciária	24.906	38.397	32.771	41.390
ACC/Pre Pagamento	out/2011	5,82% a.a à 6% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	27.737	23.956	27.737	23.956
Pré-Pagamento-Exportação (1)	dez/2011	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral a partir de 2008	Nota Promissória	7.446	11.250	7.446	11.250
Leasing	dez/2011	1,20 à 1,60% a.m.	Mensal	Equiptos	86	255	86	255
Total Circulante					82.785	97.720	87.045	100.718
Não Circulante								
Capital de Giro	-	100% CDI + 4,56% a.a	-	Duplicatas	9.000	-	9.000	-
Credito Rural	set/2014	10,15% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	2.367	2.874	2.367	2.874
Finimp	abr/2012	5,97 % a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas/Alienação Fiduciária	-	6.134	10.558	6.134
Finame	jun/2020	6,07% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	6.067	7.097	6.067	7.097
SACE (2)	abr/2015	4,65% a.a	Semestral	Nota Promissória	10.558	6.974	-	6.974
Pre Pagamento	out/2012	5,82% a.a à 6% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas/Alienação Fiduciária	2.274	6.460	2.274	6.460
Pré-Pagamento-Exportação (1)	mai/2014	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral a partir de 2008	Nota Promissória	29.152	30.896	29.152	30.896
ACC/Pre Pagamento		5,82% a.a à 6% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	3.406	-	3.406	-
Total Não Circulante					62.824	60.435	62.824	60.435
Total Geral					145.609	158.155	149.869	161.153

- (1) *Refere-se a contratos de pré-pagamento de exportação junto ao Deutsche Bank Service Uruguay S/A, renegociado no plano de recuperação judicial aprovado em 19/09/07, com amortização em 28 parcelas trimestrais após um período de carência de três anos, com taxa de juros LIBOR de seis meses. Os saldos das operações de empréstimo estão registrados de acordo com os atos aprovados na Assembléia Geral de credores, que aprovou o plano de recuperação judicial. O Plano de Recuperação prevê que, caso ocorra inadimplência nas amortizações dentro do cronograma estabelecido, o valor da dívida seria recalculado. Em março de 2011, a Companhia efetuou pagamento no montante de US\$ 892 mil, sendo o principal US\$ 843 mil e US\$ 49 mil de juros. Adicionalmente, em junho de 2011, a Companhia efetuou pagamento no montante de US\$ 893 mil, sendo o principal de US\$ 843 e US\$ 50 mil de juros. A Administração da Companhia entende estar adimplente com relação às obrigações contratuais do citado instrumento.*
- (2) *A Companhia obteve financiamento de equipamento junto aos seus fornecedores, que obtém em seus países de origem linhas de bancos oficiais, com custos competitivos e prazos adequados.*

Como garantia dos empréstimos e dos financiamentos foram oferecidos, máquinas e equipamentos e a fazenda Santa Terezinha que tem valor justo de R\$ 82.638. Além desses a Companhia oferece como garantia aproximadamente 50% do saldo de duplicatas dos clientes nacionais.

Os empréstimos a longo prazo possuem os vencimentos a seguir demonstrados:



Ano de vencimento	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
2012		24.085
2013	26.244	10.105
2014	11.255	9.699
2015	9.152	6.123
2016	6.449	6.123
2017	5.799	3.314
2018	3.149	505
2019	498	452
2020	260	29
2021	18	-
Total	62.824	60.435

19. Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Moeda Nacional	67.611	73.391	84.778	110.348
Moeda Estrangeira	3.503	2.357	10.400	2.332
Total	71.113	75.748	95.178	112.680

20. Obrigações trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
PLR a Pagar	375	3.508	1.172	4.870
INSS a Recolher	1.708	1.996	3.117	3.029
FGTS a Recolher	376	564	456	743
Provisão de Férias e Encargos	9.134	9.313	11.457	11.987
Provisão de 13º salário e encargos	2.961	-	3.748	-
Total	14.554	15.381	19.949	20.629

21. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
IPI	952	1.963	957	1.964
PIS/COFINS	1.565	14	2.625	667
ICMS	2.675	1.604	4.340	3.057
ISS	78	23	115	53
IRPJ/CSLL	720	6.284	5.153	7.526
Total	5.989	9.888	13.191	13.267

22. Tributos parcelados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
PPI-ICMS	4.579	4.779	4.579	4.779
REFIS IV	95.111	93.932	128.784	127.232
Total	99.690	98.711	133.363	132.011
Passivo Circulante	15.053	7.199	18.871	9.600
Passivo Não Circulante	84.637	91.512	114.493	122.411
Total	99.690	98.711	133.363	132.011



Com base na Lei nº 11.941/2009 de 27 de maio de 2009 e na Medida Provisória nº 470/2009 de 13 de outubro de 2009, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial "REFIS IV" na Secretaria da Receita Federal, com migração do saldo devedor em aberto do Parcelamento Extraordinário do Ministério da Fazenda (PAEX) e inclusão de processos judiciais encerrados contra a Secretaria da Receita Federal no montante de R\$355.694. O impacto líquido da atualização do passivo tributário menos o valor de pagamento com prejuízos fiscais e redução de multa e juros foi no montante de R\$175.218 registrado na rubrica outras receitas e despesas operacionais em 31 de dezembro de 2009. A referida lei e a medida provisória prevêem a redução de multa, juros, encargos legais e pagamento com prejuízo fiscal. Em 30 de junho de 2011, o valor total parcelado é de R\$128.784 a ser pago em 180 prestações mensais com parcela mínima a partir de setembro de 2009 até consolidação da dívida acrescida de juros correspondentes à variação mensal da SELIC.

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições do mesmo. Em 30 de junho de 2011, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

Segue abertura dos valores estimados para o desembolso anual:

Cronograma de Desembolso Refis IV	Controladora	Consolidado
	30/6/2011	30/6/2011
2012	6.523	8.832
2013	7.509	10.168
2014	7.509	10.168
2015	7.509	10.168
2016	7.509	10.168
2017	7.509	10.168
2018	7.509	10.168
2019	7.509	10.168
2020	7.509	10.168
2021	7.509	10.168
2022	7.509	10.168
2023	7.509	10.168
2024	5.989	8.104
Total	95.111	128.784

23. Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Energia Elétrica	2.172	2.085	2.210	2.123
Fretes a Pagar	1.621	3.135	2.681	4.431
Comissões a pagar	2.470	2.273	3.388	2.983
Obrigações com Acionistas (1)	16.462	16.750	16.462	16.750
Outras	5.962	5.773	6.265	6.372
Total	28.685	30.016	31.005	32.659

Como parte do plano de recuperação judicial, a Companhia é garantidora de um preço mínimo de R\$7,747 por ação preferencial, atualizado pela variação do CDI, com relação às ações preferenciais oriundas da conversão das debêntures.

Os acionistas detentores destas ações preferenciais, quando da alienação das ações em até quatro anos da data de publicação da homologação do plano de recuperação judicial, têm o direito de requerer a diferença entre o preço mínimo base estabelecido e o valor negociado das ações se a venda for realizada por um preço inferior ao preço mínimo.

Como garantia da obrigação assumida foi oferecida uma fazenda de propriedade



da controlada Eucatex Agro-Florestal Ltda com área de 2.139,47 hectares, cujo valor justo é de R\$34,8 milhões em 30 de junho de 2011.

24. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

Em 30 de junho de 2011, encontra-se provisionado o montante de R\$101.529 (R\$100.950 em dezembro de 2010), o qual, conforme a Administração baseada na opinião de seus assessores legais, julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Impostos Estaduais	90.808	90.460	90.808	90.460
Impostos e Contribuições Federais	7.067	6.841	8.040	7.809
Provisões Trabalhistas	1.265	1.266	1.703	1.703
Provisões Cíveis e Outras	978	977	978	978
Total Provisão para demandas judiciais	100.118	99.544	101.529	100.950
(-) Depósito judiciais	(6.367)	(6.378)	(7.590)	(7.601)
Total Provisão para demandas judiciais líquidas	93.751	93.166	93.939	93.349

As movimentações na provisão para demandas judiciais líquidas estão sumarizadas a seguir:

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2010	92.990	(418)	594	93.166
Atualização Monetária e Juros	4.784	-	-	4.784
Baixas	(804)	-	-	(804)
Provisão (Reversão)	(3.406)	-	-	(3.406)
Saldo Final em 30.06.2011	93.564	(418)	594	93.740
Depósitos Judiciais	-	11	-	11
Provisão para demandas judiciais líquidas	93.564	(407)	594	93.751

Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2010	93.071	(316)	594	93.349
Atualização Monetária e Juros	4.788	-	-	4.788
Baixas	(804)	-	-	(804)
Provisão (Reversão)	(3.406)	1	-	(3.405)
Saldo Final em 30.06.2011	93.649	(315)	594	93.928
Depósitos Judiciais	-	11	-	11
Provisão para demandas judiciais líquidas	93.649	(304)	594	93.939

Impostos estaduais

Do total da provisão registrada em 30 de junho de 2011, R\$90,8 milhões refere-se a créditos de ICMS decorrentes de encargos financeiros apurados nos exercícios de 1986 a 1996, e utilizados



para compensação com impostos correntes. A discussão judicial sobre o direito ao crédito encontra-se pacificada através de trânsito em julgado, sem expressa definição quanto ao lapso temporal do direito de 5 ou 10 anos. Em janeiro de 2011 a Companhia obteve decisão administrativa final em auto de infração de créditos de ICMS, que prevaleceu direito dos créditos decorrentes de agosto de 1991 à agosto de 1996 (5 anos). Embora tenha transitado em julgado a Companhia é requerida em diversos processos administrativos que discutem débitos compensados por meio destes créditos de ICMS, para os quais, em sua totalidade, não possuem provimento judicial ou administrativo definitivo. A Administração, considerando que ainda há discussão administrativa, necessidade de avaliação de créditos decaídos/prescritos, avaliação dos montantes dos créditos compensados com ganho final judicial ou administrativo e pendência de liquidação da sentença, decidiu por não reverter a provisão constituída em 30 de junho de 2011.

Impostos e contribuições

Refere-se a questionamento, administrativo e judicial, sobre a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos estaduais e federais e autos de infração, objetivando assegurar o não recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

Trabalhistas

Em 30 de junho de 2011 a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento. Estas ações determinam um risco máximo total de R\$1.703. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes. Os montantes desses processos, em 30 de junho de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 são: tributário R\$99.328, trabalhistas e cíveis R\$11.439.

25. Resultado financeiro líquido



DESCRIÇÃO	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
RECEITAS				
AVP	-	36	1.132	36
DESCONTOS CONCEDIDOS / OBTIDOS	154	82	275	166
JUROS	5.925	(325)	6.110	(148)
JUROS MUTUO	3.410	3.676	16.462	13.815
OUTROS	367	130	627	136
VARIAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL	8.939	11.830	9.620	11.892
DESPESAS				
AVP	(787)	(606)	(858)	(560)
DESCONTOS CONCEDIDOS / OBTIDOS	(1.225)	(520)	(1.236)	(544)
DESPESAS BANCARIAS	(601)	(547)	(933)	(845)
JUROS	(11.963)	(2.144)	(14.418)	(2.489)
JUROS MUTUO	(6.643)	(4.751)	(16.460)	(13.815)
OUTROS	(922)	(33)	(944)	(32)
VARIAÇÃO MONETÁRIA DOS IMPOSTOS	(10.735)	(7.824)	(12.551)	(9.285)
VARIAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL	(3.167)	(16.166)	(3.224)	(16.211)
TOTAL	(17.248)	(17.162)	(16.398)	(17.884)

26. Imposto de renda e contribuição social

a. Os componentes de impostos ativos e passivos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Diferenças temporárias das provisões para contingências	4.795	7.010	4.795	7.010
Diferimento da perda nos contratos de derivativos	45	250	45	250
Total ativo não circulante	4.840	7.260	4.840	7.260
Diferimento de reserva de reavaliação - controlada	-	3.989	-	4.739
Ajustes CPC's/IFRS - custo atribuído de terrenos - controlada	-	-	46.252	46.252
Ajustes CPC's/IFRS - alteração vida útil do imobilizado	9.530	5.733	9.680	5.897
Reavaliação de Ativo imobilizado	18.322	18.734	18.511	18.694
Total passivo não circulante	27.852	28.456	74.443	75.582
Saldo líquido no balanço - passivo	23.012	21.196	69.603	68.322

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social serão reconhecidos, contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

Os impostos diferidos sobre diferenças temporárias pela adoção dos novos CPC/IFRS, mencionados na nota 3 e estão refletidos no saldo acima.

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:



Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	42.395	37.009	46.703	39.882
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	14.414	12.583	15.879	13.560
Adições / Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(13.405)	(7.275)	-	-
Realizações da Reserva de reavaliação	4.975	1.017	4.975	1.023
Outras Adições e (Exclusões) Líquidas	(3.852)	(2.612)	(14.414)	(7.997)
Total	2.132	3.713	6.440	6.586
Efeitos Tributários - Lucro Presumido da Controladora Eucatex Agro - Florestal LTDA	-	-	1.829	897
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social do período	316	2.437	3.330	4.407
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.816	1.276	1.281	1.282

27. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, é de R\$488.183, representado por 31.257.700 ações ordinárias e 61.361.556 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

b.1 - Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 - Reserva para investimento

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, com o objetivo de atender principalmente aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas. A Administração proporá na Assembléia Geral da Companhia, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a retenção do referido saldo.

c. Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar corresponde à:

c.1 - Efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, o qual será utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foram realizados economicamente e financeiramente. Após a realização efetiva do ativo biológico, por meio da exaustão dos ativos, a parcela do valor justo do ativo exaurido é transferida da reserva de lucros a realizar para as destinações legais do resultado auferido.

d. Dividendos

Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.



As ações preferenciais têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias, prioridade na percepção de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório e, no reembolso, em caso da liquidação da Companhia, participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95 e Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido, limitados a variação pro rata de da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, nos montantes brutos: i) R\$ 24.521, que sofreram retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$3.820, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$20.701, creditados em 31 de dezembro de 2010. O valor dos juros serão imputados aos dividendos sendo R\$ 0,248822 por ação ordinária e R\$ 0,273695 por ação preferencial.

Os juros sobre capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

Os dividendos em 31 de dezembro de 2010 foram calculados da seguinte forma:	
	2.010
Lucro líquido do exercício	119.997
Reserva legal	(6.000)
Constituição da reserva de lucros a realizar	(20.266)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(8.553)
Lucro líquido base dividendos	85.178
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	21.295
Juros sobre capital próprio	24.521
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre capital próprio	(3.820)
Juros sobre capital próprio a pagar	20.701
Adicional de Juros sobre capital próprio	185
Juros sobre capital próprio aprovados	20.886
Dividendos adicional	409
Total de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.295
Dividendos por ação ordinária em reais	0,2156
Dividendos por ação preferencial em reais	0,2372

Dividendos complementares, superiores ao mínimo obrigatório serão aprovados na próxima assembléia geral.

- 1) *Reserva de Lucros a realizar referente a parcelas vincendas após o período de um ano referente à venda da Fazenda Santa Luzia;*
- 2) *Realização de ajuste de avaliação patrimonial que se refere ao impacto líquido no resultado da avaliação pelo valor justo dos ativos biológicos.*

e. Ações em tesouraria

Em 13 de maio de 2010 o Conselho de Administração aprovou o programa de aquisições de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social.



A quantidade de ações em circulação no mercado era de 59.151.903 (cinquenta e nove milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentas e três). A Companhia poderá recomprar suas ações preferenciais sem valor nominal de emissão da Companhia até o percentual de 10% (dez por cento). O prazo máximo para aquisição é de 12 (doze) meses, com início em 14 de abril de 2011 e término em 14 de abril de 2012. A aquisição de ações deverá ser feita no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, a preço de mercado.

Em 30 de junho de 2011 a Companhia mantinha 341.434 (186.434 em dezembro de 2010) de ações preferenciais em tesouraria. Estas ações são mantidas em tesouraria para alienação futura. O valor de mercado de cada ação preferencial em 30 de junho de 2011 era de R\$7,76 por ação totalizando R\$2.650.

f. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora, quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o período.

Lucro por ação	30/6/2011	30/6/2010
Lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da controladora antes das deduções	40.263	33.296
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	92.300.105	92.432.822
Lucro Básico por ação ordinária (em reais)	0,409154	0,337858
Lucro Básico por ação preferencial (em reais)	0,450077	0,371644

Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

28. Compromissos

A controlada Eucatex Agro-Florestal Ltda., possui compromissos assumidos decorrentes do contrato de arrendamento rural de terrenos e de parcerias para plantio de florestas. A forma de pagamento destes compromissos de arrendamento são mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou de acordo com as colheitas através de parcerias com pagamento em madeira. Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos rurais e parcerias contratadas até 30 de junho de 2011 corresponderão a um desembolso anual de, aproximadamente, R\$9.000. O vencimento do último contrato será em 2026, sendo que o prazo médio dos contratos é de 14 anos.

Adicionalmente controlada Eucatex Agro-Florestal Ltda., assinou contrato de fornecimento de madeira em pé com a empresa Suzano Papel e Celulose S/A para fornecimento no período de 2010 a 2012. O valor presente do compromisso futuro do contrato de fornecimento foi de R\$10.125, equivalente ao volume de 225.000 m³, também firmou contrato de preferência para aquisição de madeira em pé com a empresa Capim Serviços Agro-Florestais e Com. Ltda., para fornecimento no



período de 2011. O valor presente do compromisso futuro do contrato de fornecimento em 30 de junho de 2011 é de R\$360, equivalente ao volume de 7.730 m³.

29. Benefícios a administradores e empregados

a) Companhia concede aos empregados e diretores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e odontológica, alimentação, auxílio educação e outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício, exceto para o caso do benefício de assistência médica que permanece mesmo após o desligamento do funcionário por um período que pode chegar até 24 meses, conforme acordos firmados com os sindicatos.

b) A Companhia tem uma política de conceder Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor da PLR é equivalente a um salário para a maior parte dos colaboradores e, em 30 de junho de 2011, o montante provisionado é de R\$1.172 (R\$4.870 em 31 de dezembro de 2010).

30. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras intermediárias, conseqüentemente, não foram revisadas por nossos auditores:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Complexo Industrial/Administração e Estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas, equipamentos e estoques	R\$ 787.920
Transportes - importação e exportação	Danos causados aos bens, inclusive roubo	US\$ 1.000
Veículos	Colisão, incêndio, roubo e furto para 39 veículos	R\$ 1.657

31. Informação por segmento

A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria, os quais estão segmentados entre os produtos-Madeira e Tintas. As operações de Tintas são realizadas no Mercado Interno.

As principais informações por segmento de negócio correspondente a 30 de junho de 2011 e 2010 são as seguintes:



	Madeira		Tintas		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receita Líquida de Vendas e Serviços	324.570	264.023	104.224	96.642	430.810	380.783
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(229.449)	(178.507)	(70.645)	(68.240)	(299.913)	(260.110)
Lucro bruto	95.121	85.516	33.578	28.402	130.897	120.673
	29,3%	32,4%	32,2%	29,4%	30,4%	31,7%

A Companhia não possui nenhum cliente que represente mais de 10% de sua receita líquida. Na elaboração das informações por segmento a Companhia, através de critérios gerenciais de alocação, efetuou ajustes para melhor refletir as informações por segmento.

32. Receita Líquida de vendas

Reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas esta assim representada:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receita bruta de vendas	398.282	340.086	531.840	472.601
Mercado interno	391.487	332.461	526.427	462.167
Mercado externo	13.782	12.956	14.597	18.808
Descontos e Abatimentos	(6.987)	(5.331)	(9.184)	(8.374)
Impostos e contribuições sobre vendas	(79.190)	(70.159)	(101.030)	(91.819)
Receita Líquida de vendas	319.092	269.926	430.810	380.783

33. Informação sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

GRUPO	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	(239.785)	(183.125)	(299.913)	(260.110)
Despesas com vendas	(34.929)	(29.777)	(61.617)	(55.049)
Despesas gerais e administrativas	(20.920)	(18.994)	(22.766)	(20.997)
Resultado financeiro	(17.248)	(17.162)	(16.398)	(17.884)
Valor justo ativo biológico	-	-	21.610	19.971
Outras despesas operacionais	(3.241)	(5.257)	(5.023)	(6.832)
	(316.123)	(254.315)	(384.107)	(340.901)
Matéria-prima consumida e outros	(172.368)	(132.846)	(181.689)	(164.102)
Despesas com pessoal e encargos	(52.901)	(45.096)	(68.417)	(58.592)
Despesas de vendas variáveis	(26.352)	(22.564)	(37.743)	(34.757)
Depreciação, amortização e exaustão	(21.465)	(15.523)	(47.243)	(38.203)
Serviços de terceiros	(22.568)	(19.161)	(25.309)	(22.320)
Propaganda e publicidade	(2.711)	(1.119)	(6.740)	(4.144)
Impostos e taxas	(510)	(845)	(566)	(899)
Encargos financeiros sobre financiamentos e mútuo	(12.280)	(4.990)	(10.237)	(4.266)
Variações cambiais e monetárias líquidas	(4.968)	(12.172)	(6.161)	(13.618)
	(316.123)	(254.315)	(384.107)	(340.901)



34. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Descrição	Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Participação nos resultados	1.430	1.974
Impostos Federais e Estaduais	2.004	664
Venda de Imobilizado	(8)	333
Outros	1.597	3.861
Total outros resultados operacionais	5.023	6.832

35. Evento subsequente

Em 20 de junho de 2011 a Companhia efetuou o depósito dos recursos necessários ao pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos. Entretanto, em virtude da BMF&Bovespa ter recebido ofícios determinando o bloqueio judicial destes, não foi possível o pagamento naquela data, ficando suspensa a liberação desses recursos aos acionistas.

Em 21 de julho de 2011 e 04 de agosto de 2011 a Companhia obteve decisão judicial favorável determinando o desbloqueio dos valores devidos para pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos, respectivamente. Dessa forma, a partir de 04 de agosto de 2011 o Banco Itaú S.A. (instituição custodiante das ações de emissão da Companhia) ficou apto para liberar os recursos aos acionistas.



<u>Conselho de Administração</u>		
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiros
Otávio Maluf	Flávio Maluf	Antônio Delfim Netto
		Dácio Antonio Pereira Oliveira
		Marcelo Faria Parodi
		Heitor Aquino Ferreira
		Miguel Jorge

<u>Diretoria</u>		
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente Geral	Diretor Vice-Presidente Executivo
Flávio Maluf	Otávio Maluf	José Antônio Goulart de Carvalho (*)
		(*) Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Henrique Ribeiro
CRC 1SP 220148/0-6
Controller

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**POSIÇÃO ACIONÁRIA EM 30.06.2011**

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações Ordinárias			Ações Preferenciais			Total das Ações		Participante de Acordo	Data da Última Alteração
			Qtde	% Espécie	% Total	Qtde	% Espécie	% Total	Qtde	% Total		
Controladores												
Brascorp Participações Ltda.	Brasileira	01.606.471/0001-00	1.900.075	6,08%	2,05%	1.350.000	2,20%	1,46%	3.250.075	3,509%	-	23/09/2003
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	2.032.372	6,50%	2,19%	88.343	0,14%	0,10%	2.120.715	2,290%	-	02/08/2007
Grandfood Ind. e Comércio Ltda.	Brasileira	46.325.254/0001-80	2.300.001	7,36%	2,48%	158.082	0,26%	0,17%	2.458.083	2,654%	-	28/11/2007
Grandfood Ind. e Comércio Ltda.	Brasileira	46.325.254/0002-61	0	0,00%	0,00%	492.000	0,80%	0,53%	492.000	0,531%	-	29/09/2010
Otavio Maluf	Brasileira	012.246.798-14	1.422.130	4,55%	1,54%	41.750	0,07%	0,05%	1.463.880	1,581%	-	17/09/2009
Pasama Participações SC Ltda.	Brasileira	60.540.499/0001-51	10.733.676	34,34%	11,59%	0	0,00%	0,00%	10.733.676	11,589%	-	02/08/2007
Paulo Salim Maluf	Brasileira	007.687.828-72	302.028	0,97%	0,33%	79.232	0,13%	0,09%	381.260	0,412%	-	02/08/2007

Outros acionistas acima 5%

Latinvest Fund	Grã-Bretanha	Sem Registro	4.054.974	12,97%	4,38%	7.337.517	11,96%	7,92%	11.392.491	12,300%	-	02/08/2007
Latin Amer Infrastrure Fund	Grã-Bretanha	Sem Registro	3.393.980	10,86%	3,66%	4.769.598	7,77%	5,15%	8.163.578	8,814%	-	02/08/2007
Mercosurian Challenge Fund	Grã-Bretanha	Sem Registro	2.866.653	9,17%	3,10%	4.599.896	7,50%	4,97%	7.466.549	8,062%	-	02/08/2007
The Oryx Fund	Grã-Bretanha	Sem Registro	618.034	1,98%	0,67%	6.230.006	10,15%	6,73%	6.848.040	7,394%	-	02/08/2007
Brazil Value Fund	Ilhas Jersey	Sem Registro	445.016	1,42%	0,48%	6.308.557	10,28%	6,81%	6.753.573	7,292%	-	02/08/2007
UBS Ag Zurich	Suíça	05.447.738/0001-15	0	0,00%	0,00%	6.193.420	10,09%	6,69%	6.193.420	6,687%	-	05/08/2010

Total das Ações

31.257.700

61.361.556

92.619.256

Brascorp Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
FIF Holding Participações Ltda.	Brasileira	06.113.394/0001-70	13.391,82
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	0,003
Jacqueline de Lourdes Torres Coutinho Maluf	Brasileira	127.044.298-80	0,002

FIF Holding Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
Fábio Torres Maluf	Brasileira	230.953.128-65	4.519,27
Fernando Torres Maluf	Brasileira	230.953.108-11	4.519,27
Isabella Torres Maluf	Brasileira	230.953.168-52	4.519,27
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	0,001
Jacqueline de Lourdes Torres Coutinho Maluf	Brasileira	127.044.298-80	0,001

Grandfood Ind. e Comércio Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
FIF Holding Participações Ltda.	Brasileira	06.113.394/0001-70	26,00
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	0,001
Jacqueline de Lourdes Torres Coutinho Maluf	Brasileira	127.044.298-80	0,001

Pasama Participações SC Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações		Total
			Ordinárias	Preferenciais	
Paulo Salim Maluf	Brasileira	007.687.828-72	9.825	21.075	30.900
Sylvia Luftalla Maluf	Brasileira	127.796.558-79	1.309	1.309	2.618
Otavio Maluf	Brasileira	012.246.798-14	14	14	28
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	14	14	28
Ligia Maluf Curi	Brasileira	030.081.158-61	14	14	28
Minuanos Participações Ltda.	Brasileira	06.043.124/0001-30	12.000	0	12.000

Minuanos Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	4.000
OM Empreendimentos e Participações Ltda.	Brasileira	01.074.602/0001-56	4.000
Ligia Maluf Curi	Brasileira	030.081.158-61	4.000

OM Empreendimentos e Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
Otavio Maluf	Brasileira	012.246.798-14	1.499.998
Cinthia Beatriz de Lima Barbosa Maluf	Brasileira	269.214.038-90	2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
Eucatex S.A. Indústria e Comércio
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Eucatex S.A. Indústria e Comércio, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na Nota explicativa nº 2, as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Eucatex S.A. Indústria e Comércio essas práticas aplicáveis às informações contábeis individuais diferem das IFRSs somente que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRSs seria pelo método do custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, preparadas pela Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

As Informações Trimestrais - ITR incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2010, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório, datado de 1 de março de 2011, continha ressalva sobre o não recebimento de resposta à solicitação de confirmação direta de saldos de empréstimos e operações junto ao Deutsche Bank Service Uruguay S.A. Essa ressalva não é mais aplicável em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 pelo fato de ter sido recebida a mencionada resposta à solicitação de confirmação de saldos junto ao Deutsche Bank Service Uruguay S.A.

São Paulo, 4 de agosto de 2011.

GRANT THORNTON
Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Marcos Venicio Sanches
Contador
CRC 1SP-218.030/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Companhia não possui Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Industria e Comercio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2011.

São Paulo, 04 de agosto de 2011.

Flávio Maluf
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho
Diretor Vice-Presidente Executivo

Antonio Delfim Netto
Conselheiro

Heitor Aquino Ferreira
Conselheiro

Marcelo Faria Parodi
Conselheiro

Miguel Jorge
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Industria e Comercio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referentes ao segundo trimestre de 2011.

São Paulo, 04 de agosto de 2011.

Flávio Maluf
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho
Diretor Vice-Presidente Executivo

Antonio Delfim Netto
Conselheiro

Heitor Aquino Ferreira
Conselheiro

Marcelo Faria Parodi
Conselheiro

Miguel Jorge
Conselheiro

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	